

Grua Investimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Grua Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grua Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da correção de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e respectivos efeitos tributários, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a administração das controladas façam o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da administração e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.i. e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 4.g., 4.p., 12 e 13.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.h., 4.p., 12 e 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade das taxas de câmbio, taxa de juros e inflação, as controladas diretas e indiretas da Companhia contratam instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses, a administração utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 1.194.012 mil no ativo consolidado e R\$ 43.934 mil no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), em 31 de dezembro de 2021. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, as controladas diretas e indiretas da Companhia devem cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado.

Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de hedge, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise das estruturas de hedge accounting; (ii) revisão de contratos; (iii) confirmação externa dos respectivos contratos; (iv) análise da documentação das políticas e memorandos que formalizam a designação para contabilidade de hedge; (v) elaboração de cálculos independentes para a validação do valor justo, utilizando taxas de mercado e demais dados observáveis; e (v) análise dos testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia e suas controladas para utilização da contabilidade de hedge, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.d. e 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas mencionadas no parágrafo acima, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Efeitos contábeis das investigações independentes

Durante o exercício de 2021 foram concluídas as investigações independentes contratadas pelo Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A., controlada da Companhia, para averiguar as alegações e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica, deflagrada pela Polícia Federal, em 2017, na qual a controlada indireta Águas Guariroba S.A. foi alvo de procedimentos investigatórios. A administração, após reunir todos os elementos e documentações, finalizou a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia e controladas, e reconheceu os ajustes, fundamentalmente relacionados a capitalizações de ativos intangíveis (CPC 04 - R1- Ativos intangíveis) e seus respectivos efeitos tributários, de forma retrospectiva. Por consequência, os saldos contábeis apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados.

O processo de investigação e a mensuração dos efeitos contábeis relativos a essa, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, consideramos os *efeitos contábeis de tais investigações independentes* como assunto relevante de nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) envolvimento de nossos especialistas de *forensics* para nos auxiliar, no entendimento dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações independentes; (ii) avaliação dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações; (iii) entendimento, análise e validação da integridade das bases de dados extraídas e utilizadas na determinação dos efeitos contábeis, (iv) testes em bases amostrais de documentação com o objetivo de validar a existência; (v) com auxílio de nossos especialistas em legislação tributária, realizamos avaliação dos critérios e validação dos cálculos realizados acerca dos efeitos tributados; e (vi) revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados na determinação da reapresentação de saldos comparativo, decorrentes da conclusão das investigações, assim como as respectivas divulgações na nota 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP027623/O



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Grua Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora			Consolidado		
		2021	2020 (reapresentado)	01/01/2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)	01/01/2020 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	7	56	13	105.732	82.007	29.926
Aplicações financeiras	7	77.349	81.762	87.551	2.473.236	2.639.791	987.118
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	847.931	780.249	668.493
Estoques		-	-	-	22.845	12.087	12.211
Impostos a recuperar	9	2.256	3.194	2.474	108.058	84.001	83.590
Dividendos a receber		14.566	-	-	61.208	-	-
Adiantamento a fornecedores		113	9	10	5.486	6.329	7.187
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	6.661	102.913	25.882
Outros créditos		-	-	-	95.388	75.497	71.410
Total do ativo circulante		94.291	85.021	90.048	3.726.545	3.782.874	1.885.817
Aplicações financeiras	7	-	5.923	5.763	40.176	47.693	45.582
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	732.183	393.224	368.168
Impostos a recuperar	9	-	-	-	80.250	126.631	22.843
Contas correntes a receber de partes relacionadas	10	20.264	227.152	212.001	20.264	227.152	164.361
Ativo fiscal diferido	24	-	-	-	62.268	62.727	72.974
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	1.187.351	1.100.786	486.159
Titulos e valores mobiliarios		-	-	-	4.243.361	-	-
Depósitos judiciais	18	-	-	-	48.699	45.191	263.615
Outros créditos		-	1.375	1.376	15.604	24.962	104.646
Total do realizável a longo prazo		20.264	234.450	219.140	6.430.156	2.028.366	1.528.348
Investimentos	11	2.320.220	765.776	658.615	587.800	36	2.993
Imobilizado		-	-	-	235.711	111.575	91.928
Ativo da concessão	12	-	-	-	408.512	561.223	1.048.980
Intangível	13	-	-	-	4.819.902	4.162.960	3.350.920
Total do ativo não circulante		2.340.484	1.000.226	877.755	12.482.081	6.864.160	6.023.169
Total do ativo		2.434.775	1.085.247	967.803	16.208.626	10.647.034	7.908.986

Passivos	Nota	Controladora			Consolidado		
		2021	2020 (reapresentado)	01/01/2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)	01/01/2020 (reapresentado)
Fornecedores e empreiteiros	14	211	50	18	211.679	199.787	209.329
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	70.873	37.248	13.146	597.302	913.453	750.423
Obrigações trabalhistas e sociais	17	-	-	-	107.654	86.151	96.837
Obrigações fiscais		41	15	29	35.221	25.395	30.388
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	64.352	13.929	14.414
Parcelamentos de impostos		-	-	-	604	1.005	1.950
Dividendos a pagar	10	11.497	783	1.324	31.109	783	1.424
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	10	-	-	37.952	-	-	1.213
Outros impostos diferidos		-	-	-	11.916	10.560	6.389
Outras contas a pagar	16	-	-	-	63.059	159.044	164.294
Total do passivo circulante		82.622	38.096	52.469	1.122.896	1.410.107	1.277.211
Fornecedores e empreiteiros	14	-	-	-	26.127	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	626.916	233.922	267.739	8.669.167	6.970.301	4.550.866
Passivo fiscal diferido	24	-	501	501	21.031	299.808	210.889
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	10	78.130	1.823	-	78.130	1.823	-
Parcelamentos de impostos		-	-	-	2.462	2.876	3.075
Provisão para contingências	18	-	-	-	103.278	130.074	93.288
Passivo a descoberto	11	368.506	40.495	26.534	-	-	-
Outros impostos diferidos		-	-	-	270.587	12.085	15.222
Outras contas a pagar	16	-	-	-	552.863	106.708	112.900
Consideração contingente		-	-	-	-	-	232.907
Total do passivo não circulante		1.073.552	276.741	294.774	9.723.645	7.523.675	5.217.477
Patrimônio líquido	29						
Capital social		416.458	416.458	416.458	416.458	416.458	416.458
Reserva de capital		(18.357)	(6.650)	(6.650)	(18.357)	(6.650)	(6.380)
Reservas de lucros		813.198	250.025	161.418	813.197	250.025	161.448
Ajuste de conversão de balanço		5.690	5.031	2.148	5.690	5.031	2.488
Ajuste de avaliação patrimonial		61.612	105.546	47.186	61.612	105.546	47.386
Patrimônio líquido		1.278.601	770.410	620.560	1.278.600	770.410	620.560
Participação de não controladores		-	-	-	4.083.485	942.842	793.958
Total do patrimônio líquido		1.278.601	770.410	620.560	5.362.085	1.713.252	1.414.518
Total do passivo e patrimônio líquido		2.434.775	1.085.247	967.803	16.208.626	10.647.034	7.908.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)
Receita operacional líquida	20	-	-	3.711.180	2.836.530
Custos dos serviços prestados	21	-	-	(1.857.650)	(1.379.980)
Lucro bruto		-	-	1.853.530	1.456.550
Despesas administrativas e gerais	21	(43.887)	(2.119)	(935.249)	(601.720)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	21	-	-	(5.757)	(9.719)
Outras receitas operacionais	22	-	-	162.545	88.640
Outras despesas operacionais		-	-	(14.566)	(14.292)
Resultado de equivalência patrimonial		(147.202)	163.200	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(191.089)	161.081	1.060.503	919.460
Receitas financeiras	23	3.790	2.677	1.155.423	1.141.680
Despesas financeiras	23	(51.596)	(16.013)	(1.801.928)	(1.457.960)
Resultado financeiro		(47.806)	(13.336)	(646.505)	(316.280)
Resultado antes dos impostos		(238.895)	147.745	413.998	603.170
Imposto de renda e contribuição social	24	501	-	(310.186)	(266.654)
Lucro líquido do exercício		(238.394)	147.745	103.812	336.520
Acionistas controladores		(238.394)	147.745	(238.394)	147.745
Acionistas não controladores		-	-	342.206	188.775
Lucro líquido do exercício		(238.394)	147.745	103.812	336.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (reapresentado)	2021	2020 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício		(238.394)	147.746	103.812	336.522
Outros resultados abrangentes					
Valor justo de derivativos	25	(66.566)	88.424	(145.149)	180.277
IR/CS sobre valor justo de derivativos	25	22.632	(30.063)	49.350	(61.290)
Ajuste de conversão de balanço		659	2.885	1.622	5.881
Resultado abrangente total		(281.669)	208.992	(9.635)	461.388
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		(281.669)	208.992	(281.669)	258.322
Acionistas não controladores		-	-	291.304	203.066
Resultado abrangente total		(281.669)	208.992	9.635	461.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão de balanço	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros						
Saldos em 01 de janeiro de 2020	416.458	(6.650)	21.580	288.600	47.186	2.148	-	769.321	965.301	1.734.622
Ajustes de reapresentação	-	-	-	(148.761)	-	-	-	(148.761)	(171.843)	(320.603)
Saldos em 01 de janeiro de 2020 - (reapresentado)	416.458	(6.650)	21.580	139.839	47.186	2.148	-	620.560	793.458	1.414.018
Efeitos reflexos da controlada:										
Valor justo derivativos (Hedge accounting)	-	-	-	-	58.360	-	-	58.360	60.620	118.980
Custo de emissão novas ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	-	2.883	-	2.883	2.998	5.881
Diluição de participação societária	-	-	-	(6.073)	-	-	-	(6.073)	43.345	37.272
Reserva incentivo fiscal	19 g.	-	-	186	-	-	-	186	195	381
Ajuste equivalência patrimonial	-	-	-	13.739	-	-	-	13.739	14.531	28.270
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	134.007	134.007	202.524	336.531
Destinações:										
Reserva legal	19 c.	-	6.700	-	-	-	(6.700)	-	-	-
Dividendos	19 e.	-	-	-	-	-	(53.252)	(53.252)	(174.829)	(228.081)
Lucros retidos	19 d.	-	-	74.055	-	-	(74.055)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 reapresentado	416.458	(6.650)	28.280	221.746	105.546	5.031	-	770.410	942.842	1.713.252
Efeitos reflexos da controlada:										
Valor justo derivativos (Hedge accounting)	-	-	-	-	(43.934)	-	-	(43.934)	(51.916)	(95.850)
Custo de emissão novas ações	-	(11.707)	-	-	-	-	-	(11.706)	(27.036)	(38.742)
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	-	659	-	659	963	1.622
Diluição de participação societária	-	-	-	1.516.590	-	-	-	1.516.590	3.091.390	4.607.980
Reserva incentivo fiscal	19 g.	-	-	101	-	-	-	101	118	219
Dividendos pagos de anos anteriores	-	-	-	(715.126)	-	-	-	(715.126)	-	(715.126)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(238.394)	(238.394)	342.206	103.812
Destinações:										
Dividendos	19 e.	-	-	-	-	-	-	-	(215.081)	(215.081)
Absorção de prejuízo	19 d.	-	-	(238.394)	-	-	238.394	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	416.458	(18.357)	28.280	784.917	61.612	5.690	-	1.278.600	4.083.486	5.362.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (Reapresentado)	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos	24	(238.394)	147.746	413.987	608.794
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	13	-	-	325.943	261.631
Resultado na baixa de intangível	13	-	-	9.167	2.563
Resultado na baixa de imobilizado		-	-	-	3.239
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15	46.851	14.692	624.320	359.173
Amortização e baixa do custo de captação	15	2.126	1.196	32.712	23.439
Variação cambial	15	-	-	168.132	33.675
(Ganho) Perda com instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	(328.901)	(599.463)
Ajuste de conversão de balanço		-	-	(32.931)	478.437
Juros sobre aplicações financeiras	7	(3.655)	(3.126)	(139.848)	(44.863)
Ajuste a valor presente de clientes		-	-	6.269	(13.680)
Resultado de equivalência patrimonial	11	147.202	(163.200)	(63.674)	-
Provisão para contingências	18	-	-	(2.759)	61.658
Atualização monetária das contingências	18	-	-	1.832	473
PIS/Cofins sobre receitas financeiras		-	-	-	3.821
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (sem efeito caixa)		-	-	(328.647)	-
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 e 21	-	-	119.795	109.975
Baixa de títulos do contas a receber	21	-	-	(18.851)	(24.455)
Habilitação de crédito de PIS e COFINS s/ decisão judicial	22	-	-	-	(72.211)
Atualização Financeira s/ impostos	23	-	-	-	(63.734)
Atualização do outras contas a pagar		-	-	(14.535)	9.999
Baixa de ativo descontinuado		-	-	-	9.375
		(45.870)	(2.692)	772.011	1.147.846
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) / Diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(513.853)	(224.119)
Estoques		-	-	(10.758)	124
Impostos a recuperar		1.357	(14)	56.273	42.987
Adiantamentos a fornecedores		(104)	1	843	858
Dividendos a receber		-	-	(61.208)	-
Depósitos judiciais		-	-	(3.508)	218.424
Outros créditos		1.374	-	(10.504)	82.045
Aumento / (Diminuição) dos passivos					
Fornecedores e empreiteiros		161	32	11.892	(9.786)
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	47.630	(10.686)
Obrigações fiscais		(480)	(14)	9.826	(5.343)
Parcelamentos de impostos		-	-	(815)	(1.144)
Pagamento de contingências	18	-	-	(32.318)	(32.318)
Dividendos a pagar		10.714	(541)	30.326	(541)
Outros impostos diferidos		-	-	-	1.435
Outras contas a pagar		-	-	184.161	(146.282)
Juros pagos		(30.585)	(16.853)	(447.447)	(361.188)
Imposto de renda e contribuição social pagos	24	-	-	50.424	(196.444)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(63.433)	(20.081)	82.975	505.868

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (Reapresentado)	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras	7	11.639	4.929	211.051	(1.653.504)
Juros recebidos	23	1.932	3.120	68.918	39.718
Parcela paga referente a aquisição de controladas		-	-	-	(114.257)
Transações com acionistas		-	-	-	-
Incentivo fiscal		-	-	-	381
Custo emissão novas ações		-	-	-	-
Aporte de capital em coligadas		(10.000)	-	(524.086)	-
Aquisição de ações preferenciais em coligadas		-	-	(4.304.569)	-
Aquisição de imobilizado		-	-	(173)	(7.998)
Aquisição de ativo da concessão	12	-	-	(747.502)	(485.968)
Aquisição de intangível	13	-	-	(28.855)	(65.773)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	10	97.250	125.357	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		100.821	133.406	(5.325.216)	(2.287.401)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	15	700.000	-	2.999.246	2.745.968
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	123.681	(59.189)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	15	(291.773)	(8.750)	(1.273.870)	(675.064)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	82.206	112.771
Custo de emissão novas ações		-	-	(43.244)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	101	-
Recursos provenientes de aporte de capital		-	-	3.897.442	-
Conta corrente líquida - partes relacionadas		31.026	(51.280)	283.195	(62.791)
Dividendos pagos		(476.690)	(53.252)	(802.791)	(228.081)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(37.437)	(113.282)	5.265.966	1.833.614
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(49)	43	23.725	52.081
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		56	13	82.007	29.926
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6	7	56	105.732	82.007
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(49)	43	23.725	52.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esse documento foi assinado por LEANDRO ANTONIO GRISI, FABIO ROBERTO BENVINDO e RHOLF ALVARENGA BADINE. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador.somosb4.com.br/validade/ZHKE3-KFU5S-FCEPT-ZRTCD>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Grua Investimentos S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Aegea Investimentos S.A., é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, São Paulo – SP e tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista, bem como atividades de consultoria, assistência técnica, manutenção e administração de empresas relacionadas aos negócios em que a Companhia participa, direta ou indiretamente, especialmente no que tange à concessão de saneamento.

A Companhia possui suporte financeiro da controladora direta Arcos Saneamento e Participações Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar suas obrigações.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde “OMS”, declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento. Neste contexto, a Administração da Companhia adotou, em conjunto com suas controladas, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia e suas controladas, a Aegea acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

2 Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia em suas controladas diretas e indiretas, bem como suas atividades:

Controladas	Objeto social	Contrato de concessão ou edital n°	Data de término da concessão	% de Participação			
				2021		2020	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aegee Saneamento e Participações S. A.	(r)	-	-	57,37%	-	58,90%	-
Verona Saneamento e Investimentos S. A.	(r)	-	-	99,99%	-	99,99%	-
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	(a)	CN 04/96	05/2041	-	99,99%	-	99,99%
Águas Guariroba S.A.	(a)	104/2000	08/2060	-	99,99%	-	99,99%
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A.	(a)	001/2020	04/2051	-	99,90%	-	99,90%
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A.	(a)	001/2019	-	-	99%	-	99%
Ambiental MS Pantanal SPE S.A.	(a)	001/2020	-	-	100%	-	100%
Aegee Engenharia e Comércio Ltda.	(d)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (Anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.)	(d) e (g)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Águas do Mirante S.A.	(b)	48/2012	06/2042	-	99,99%	-	99,99%
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	(a)	86/98	07/2045	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	(a)	48/2012	12/2042	-	99,91%	-	99,91%
Águas de Matão S.A.	(a)	002/2013	01/2044	-	99,99%	-	99,99%
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	(e)	-	-	-	85,99%	-	85,99%
Guaíba Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	(f)	-	-	-	100%	-	100%
JSLA Consultoria e Participações S.A.	(f)	-	-	-	99,94%	-	99,94%
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	(f)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A.	(a)	02.117/2014	02/2044	-	100%	-	100%
Águas de Sinop S.A.	(a)	002/2014	09/2044	-	99,99%	-	99,99%
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.	(a)	056/2014	09/2049	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Guarantã Ltda.	(a)	45/2001	12/2030	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Matupá Ltda.	(a)	001/2001	01/2032	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda.	(a)	001/2003	07/2034	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Paranatinga S.A.	(a)	001/2014	03/2045	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Buritit Saneamento S.A.	(a)	001/2013	02/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Timon Saneamento S.A.	(a)	004/2014	01/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda.	(a)	001/2015	11/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda.	(a)	001/2015	09/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Penha Saneamento SPE S.A.	(a)	194/2015	11/2050	-	99,00%	-	99,00%
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.	(a)	016/2015	11/2050	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Ariqueles Saneamento SPE Ltda.	(a)	194/2016	04/2046	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda.	(a)	2497/2012	07/2046	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.	(a)	06/2016	08/2051	-	99,99%	-	99,99%
Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A.	(j)	008/2017	06/2047	-	99,99%	-	99,99%
Camastra Participações e Administração S.A.	(a)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.	(a)	001/2016	06/2047	-	100%	-	100%
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada AGSN Engenharia Ltda.)	(d)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Aegee Finance S. à R. L.	(k)	-	-	-	100%	-	100%
R3 Engenharia S.A. (anteriormente denominada Igarapé Engenharia S.A.)	(d)	-	-	-	100%	-	100%
Regional 2 Engenharia e Participações Ltda.	(d)	-	-	-	99,93%	-	99,93%
Santense Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	(f)	-	-	-	100%	-	100%
Tertúlia Participações e Administração S.A.	(f)	-	-	-	100%	-	100%
Aegee Desenvolvimento S.A.	(p)	-	-	-	100%	-	100%
AE Contact Call Center Ltda.	(q)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Igarapé Participações S.A.	(g)	-	-	-	100%	-	100%
Igarapé Sustentabilidade S.A.	(l)	-	-	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Manaus	(a)	-	-	-	100%	-	100%
Manaus Ambiental S.A.	(m)	02/2000	07/2045	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Norte	(n)	-	-	-	100%	-	100%
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.	(c)	001/2016	07/2045	-	100%	-	100%
AE Consultoria Administrativa S.A.	(g)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Sonel Engenharia S.A.	(i)	-	-	-	100%	-	100%
Mauá Participações Estruturadas em Saneamento Ltda.	(o)	-	-	-	100%	-	100%
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A.	(j)	034/2014	01/2045	-	100%	-	100%

Controladas	Objeto social	Contrato de concessão ou edital n°	Data de término da concessão	% de Participação			
				2021		2020	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Nascentes do Xingu Investimentos S.A.	(g)	-	-	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Diamantino S.A.	(a)	002/2013	05/2044	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Confresa S.A.	(a)	03/2013	01/2044	-	51,00%	-	51,00%
Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.	(h)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Barra do Garças Ltda.	(a)	090/2003	09/2033	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Sorriso S.A.	(a)	001/2000	06/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Poconé S.A.	(c)	146/2008	06/2024	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Primavera S.A.	(a)	001/05/2000	08/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Campo Verde S.A.	(a)	01/2001	11/2031	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Marcelândia S.A.	(a)	001/2003	06/2033	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Vera S.A.	(a)	001/2003	04/2041	-	51,00%	-	51,00%
Águas de União do Sul S.A.	(a)	001/2000	08/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de São José S.A.	(a)	01/2008	03/2038	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Santa Carmem S.A.	(c)	001/2001	11/2031	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Nortelândia S.A.	(c)	001/2002	01/2052	-	51,00%	-	51,00%
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	(a)	098/2003	12/2032	-	51,00%	-	51,00%
Saneamento Básico de Jangada S.A.	(a)	031/2004	06/2034	-	51,00%	-	51,00%
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	(a)	001/1998	08/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Carlinda S.A.	(c)	001/04	01/2034	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Cláudia S.A.	(a)	033/2004	03/2034	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	(a)	013/2012	01/2042	-	51,00%	-	51,00%

- (a) Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- (b) Concessão de serviços públicos de esgotamento sanitário.
- (c) Concessão de serviços públicos de abastecimento de água.
- (d) (i) construção de rede de água e esgoto; (ii) supervisão de projetos; (iii) execução e supervisão de obras e serviços de engenharia; (iv) fornecimento de materiais e serviços; (v) serviço de transporte de materiais; (vi) serviços de demolições e restaurações; (vii) gerenciamento de obras públicas e privadas; (viii) serviços de controle tecnológico; (ix) locação de equipamentos de construção civil; (x) serviços de consultoria, assessoria, gerenciamento e intermediação, empresarial, comercial e negócios; (xi) participação em outras sociedades; (xii) serviços de apoio operacional; (xiii) assessoria em engenharia ambiental; (xiv) execução de projetos sócio ambientais; (xv) elaboração, contratação e execução de projetos sociais; (xvi) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; (xvii) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador.
- (e) (i) gestão de sistemas de saneamento; (ii) planejamento, elaboração, implantação e fornecimento de sistemas (software); (iii) participação em outras sociedades; e (iv) operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais.
- (f) Aluguel de veículos automotores, aluguel de máquinas e equipamentos, locação de aeronaves e aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais.
- (g) Participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.
- (h) Administrar bens móveis ou imóveis próprios e participação em outras sociedades.
- (i) Indústria da construção civil, saneamento, instalações elétricas e hidráulicas em geral, obras industriais, rodoviárias e incorporação e comércio de imóveis.
- (j) Execução de serviços, fornecimentos e obras de ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário.
- (k) Participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista, tanto em Luxemburgo quanto em outros países.
- (l) Prestação de serviços de consultoria e assessoria em questões de sustentabilidade do meio ambiente e a participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

- (m) execução, operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários; (ii) a conservação, proteção e fiscalização de água; (iii) o controle, a prevenção e correção da poluição das águas; (iv) a participação em outras sociedades ou associações; (v) a compra e venda de produtos utilizados em saneamento básico; (vi) veiculação de propagandas comerciais; e (vii) a prestação de serviços aplicáveis em saneamento básico.
- (i) outras sociedades de participação, exceto holdings; (ii) captação, tratamento e distribuição de água, incluindo operação e abastecimento de água na cidade, medição de consumo de água, filtragem de água para fins de abastecimento, armazenagem em reservatórios e a distribuição de água através de uma permanente de linhas, tubulação e dutos, tratamento e distribuição de água de rios para fins de abastecimento; (iii) gestão de redes de esgoto; (iv) atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; (v) construção de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; (vi) marketing direto.
- (n) Participação, como acionista ou quotista em outras sociedades que tenham por objeto atividades relacionadas ao saneamento ambiental, sejam essas simples ou empresárias.
- (o) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico.
- (p) (i) teleatendimento na modalidade de *call center*; (ii) gestão de cobrança extrajudicial, incluindo a modalidade de tele cobrança, cobrança de créditos em geral e gestão de informações cadastrais, compreendendo serviços de consultoria e assessoria administrativa em geral.
- (q) Atua na participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimento de suas controladas indiretas conforme contratos de concessão e seus aditivos:

Controladas indiretamente	Investimento contratual (a)	Metas específicas
Águas Guariroba S.A.	607.146	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão. (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.
Prolagos S.A. - Concessionaria de Serviços Públicos de Água e Esgoto	848.379	(i) até 2022, 80% de coleta e tratamento de esgoto e 94% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (ii) a partir de 2023 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.
Águas do Mirante S.A.	332.627	Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto e foram definidos de acordo com o cronograma de marcos contratuais, os quais já foram finalizados.
Águas de Matão S.A.	75.016	Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos. Reduzir os índices de perdas em 2019 para 38%, 2024 para 30%, 25% de 2029 até o final da concessão.
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda.	78.876	Os índices de abastecimento de água, e da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos e deverão ser mantidos até o final da concessão. Reduzir o índice de perda em 2020 para 35%, 2021 para 30% e 25% em 2022 e mantê-lo até o final da concessão.
Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (b)	184.618	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2052, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2020 a 2026 para 20% e manter até o final da concessão.

Controladas indiretamente	Investimento contratual (a)	Metas específicas
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	9.274	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário de acordo com a seguinte escala: 2019 em 70%, 2020 em 80%, 2021 em 90% e, a partir de 2022 em 100%; (iii) reduzir os índices de perdas em 2022 para 26%, 25% de 2023 até o final da concessão.
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A.	188.642	(i) ao final de 2019 atender em 48%, 2020 em 58% da população urbana com água tratada; (ii) ao final de 2024 deverá atingir 82% de cobertura de água e 38% de atendimento de esgotamento sanitário; (iii) ao final de 2029, deverá universalizar os serviços de abastecimento de água e ao final de 2037 universalizar o atendimento de esgotamento sanitário; (iv) reduzir os índices de perdas em 2019 para 53,8%, 2020 para 51%, 46% em 2022 e 30% de 2030 até o final da concessão.
Águas de Timon Saneamento S.A.	206.583	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir 3% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2020, 2022 atingir 33%, 2023 atingir 48%, 2024 atingir 72%, 2025 atingir 90% em 2026 deverá atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir as perdas em 2019 para 45%, 2020 para 43%, 2022 para 38%, 30% de 2026 até o final da concessão.
Águas de Sinop S.A.	453.128	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas de 50% em 2019, 2020 em 45%, 2025 em 40%, 2030 em 35%, 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, 2019 em 50%, 2020 em 60%, 2021 em 70%, 2022 em 80%, 2023 em 90% e, a partir de 2024 em 98%.
Águas de Guarantã Ltda.	11.948	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%; (iii) atingir e manter a meta de cobertura do sistema de esgotamento sanitário em 99% a partir de dezembro de 2021.
Águas de Novo Progresso Ltda.	6.630	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) em 2023 atender 80% da população urbana com esgotamento sanitário.
Águas de Matupá Ltda.	9.231	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) em 2019 atender 70% da população urbana com esgotamento sanitário; (iii) manter níveis de redução de perdas em 20%.
Nascentes do Xingú Investimentos S.A. (c)	122.817	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2044, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2023 a 2026 para 25% e manter até o final da concessão de acordo com cada município.
Águas de Burity Saneamento S.A.	78.250	(i) com relação a cobertura de água potável: até 2020 atender 50%, até 2025 atender 70%, até 2030 atender 90% e até 2035 atender 100%; (ii) com relação a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto: até 2020 atender 50%, até 2025 atender 70%, até 2030 atender 90% de cobertura e até 2035 atender 100%; (iii) reduzir os índices de perdas até 2020 para 21%, 2023 para 20%, 21% de 2028 até o final da concessão.
Águas de Paranatinga Ltda.	37.619	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2021 atingir 12%, 2022 em diante aumentar a cobertura em 5% ao ano, até 2032 atingir a meta de 67%, a partir de 2033 atingir 70% e manter esse índice até o fim da concessão; (iii) até o final da concessão manter os índices de perdas em 48%.
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda.	55.425	(i) cobertura com o sistema de abastecimento de água: 93% em 2019, 95% em 2020; 98% de 2021 a 2035; 99% de 2036 a 2041; e, 100% a partir de 2042; (ii) cobertura dos serviços de esgotamento sanitário: 21% em 2019, 31% em 2020; 40% em 2021; 55% em 2026; 70% em 2031; 80% em 2035; 90% em 2039; e, 100% a partir de 2042; (iii) reduzir até 2019 os índices de perdas para 39%, 2020 para 36%, 2021 para 32%, 28% de 2022 até o final da concessão.
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.	229.883	(i) cobertura de 95% de rede de distribuição de água até 2027 e atingir o índice de 100% até o final da concessão, (ii) cobertura de 82% dos serviços de coleta e tratamento de esgotos até 2027 e 85% até 2030, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2019 os índices de perdas para 30%, 25% de 2024 até o final da concessão.
Águas de Camboriú Saneamento SPE Ltda.	159.007	(i) cobertura de 99% de água potável até 2019, 99,5% até 2020 e até 2021 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 40% de esgotamento sanitário até 2019, 75% até 2020, 100% até 2021, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 39%, 2023 para 35%, 30% de 2028 até o final da concessão.

Controladas indiretamente	Investimento contratual (a)	Metas específicas
Águas de Penha Saneamento SPE S.A.	181.115	(i) cobertura de 95% de água potável até 2020, 98% até 2024 e até 2026 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 61% de esgotamento sanitário até 2025, 90% até 2030 e até 2035 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2022 os índices de perdas para 30%, 25% de 2027 até o final da concessão.
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.	135.039	(i) manter a cobertura de 100% de água potável do início até o final da concessão, (ii) cobertura de 70% de esgotamento sanitário até final de 2019, 97% até 2024, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2022 os índices de perdas para 30%, 25% de 2027 até o final da concessão.
Águas de Ariquemes Saneamento SPE Ltda.	194.537	(i) cobertura de 92% de água potável até 2021, 96% até 2023, até 2025 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 50% de esgotamento sanitário até 2021, 60% até 2023, 70% até 2026, 80% até 2027, 90% até 2031, até 2036 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 52%, 2020 para 49%, 2021 para 46%, 2022 para 43%, 2023 para 40%, 2024 para 37%, 2025 para 34%, 2026 para 31%, 2027 para 28%, 25% de 2028 até o final da concessão.
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda.	96.484	(i) cobertura de 98% de água potável até 2022, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 50% de esgotamento sanitário em 2019, 70% até 2023, 80% até 2024, 90% até 2028, 98% até 2032, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 40%, 2020 para 36%, 2021 para 32%, 28% de 2022 até o final da concessão.
Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A.	-	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 62% em 2021, 66% em 2022, 71% em 2023, 75% em 2024, 88% em 2026, 95% em 2027 e deverá ser mantido até o final da concessão.
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A.	-	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 80% em 2019, 84% em 2020, 88% em 2021, 91% em 2022, 95% em 2023 e deverá ser mantido até o final da concessão.
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.	1.731.583	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) ampliação da cobertura de água potável para 100% até 2020 e sua manutenção até o final da subconcessão; (ii) ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 31% até 2020, 59% em 2024, 80% até 2028 e atingir 90% em 2033 devendo manter esse índice até o final da subconcessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 46% até 2020, 35% até 2024, 25% até 2028 mantendo o índice até o final da subconcessão.
Manaus Ambiental S.A.	3.307.651	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98 % até 2045; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2045.
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A.	-	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 52% em 2022, 57% em 2023, 62% em 2024, 66% em 2025, 71% em 2026, 76% em 2027, 81% em 2028, 86% em 2029, 90% em 2030, 95% em 2031 e deverá ser mantido até o final da concessão
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A.	-	(i) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 21,66% a 87,30% da população entre 2021 e 2054, de acordo com cada município.

(a) Valores históricos e referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos conforme os contratos de concessão e seus aditivos.

(b) Refere-se as controladas Águas de Barra do Garças Ltda., Águas de Campo Verde S.A., Águas de Carlinda S.A., Águas de Cláudia S.A., Saneamento Básico de Jangada S.A., Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A., Águas de Marcelândia S.A., Águas de Nortelândia S.A., Saneamento Básico de Pedra Preta S.A., APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A., Águas de Primavera S.A., Águas de Poconé S.A., Águas de Santa Carmem S.A., Águas de São José S.A., Águas de Sorriso S.A., Águas de União do Sul S.A. e Águas de Vera S.A.

(c) Refere-se as controladas Águas de Diamantino S.A. e Águas de Confresa S.A.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, o Grupo apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, em virtude da reapresentação retrospectiva de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2020 é apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à reapresentação retrospectiva (nota explicativa nº5)

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 12);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 17);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 19); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 25).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Perda de controle

Se Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos, incluindo qualquer ágio, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas.

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

(iv) Investimento em empreendimento controlado em conjunto - Consórcios

Os Consórcios não tem responsabilidade jurídica própria, e devem ser considerados como um acordo através do qual as partes cooperam-se, mutuamente, para prestação de serviços. Os ativos, passivos e resultados dos Consórcios são registrados linha a linha pelas controladas na proporção de sua participação nos mesmos.

(v) ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

b. Moeda estrangeira

(i) ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) ***Operações no exterior***

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados pela Companhia e suas controladas. Quando as controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes.

(i) ***Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto***

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) ***Outros serviços indiretos de água e esgoto***

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) ***Receitas de serviços***

A receita de serviços prestados pela controladora referem-se a serviços de contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação que são apuradas através das economias ativas e números de funcionários e são reconhecidas no resultado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

(iv) *Receitas de construção ativo financeiro*

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que as controladas executam. A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida na medida que os custos são incorridos mais margem mensurada com base nos seus valores justos. Subsequentemente o recebível é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos menos as amortizações, sendo esse reconhecido no resultado como Remuneração do Ativo Financeiro. As margens justas mensuradas nas controladas indiretas Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A., Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. e Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. pela margem de construção de 57,91%, 37,35% e 50,66%, respectivamente.

(v) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas indiretas da Companhia estimaram que eventual margem é próxima a zero.

d. *Instrumentos financeiros*

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como elas gerenciam seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasse, elas avaliam se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia e suas controladas efetivamente utilizam para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A Companhia e suas controladas utilizam contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como despesa financeira.

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

e. Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

(iii) Recompra de ações

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido, medida em que não forem renegociadas ou canceladas.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

- As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: benfeitorias e edificações 3 a 10 anos, móveis e utensílios 3 a 16 anos, equipamentos de informática 3 a 15 anos, e veículos, máquinas e equipamentos 3 a 30 anos.

A vida útil do direito de uso é estabelecida de acordo com o prazo de cada arrendamento estabelecido em contrato, levando em consideração os fatos e circunstâncias relevantes para manter ou rescindir, exercer ou cancelar a opção de prorrogar o contrato conforme o caso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ativos intangíveis: itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “p”, software e direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

As controladas da Companhia reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia e suas controladas consideram o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. As controladas da Companhia realizaram o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 26.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

j. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e suas controladas definem que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas tiveram uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada.

l. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é

calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início pois a taxa de juro implícita no arrendamento, não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

m. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiveram uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, atualização monetária sobre habilitação de crédito de PIS E COFINS e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, juros sobre mútuo com partes relacionadas, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos e atualização obrigação de compra de ações. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

o. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

A controlada Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32% e soma-se 100% da receita financeira para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Lucro real

As demais controladas calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 algumas controladas da Companhia utilizam o benefício fiscal através de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE ou pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, conforme área de atuação, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em contrapartida as controladas deverão atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

(ii) Tributos sobre vendas

O PIS/PASEP e COFINS corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia e suas controladas. E para as controladas pelo regime cumulativo as alíquotas são de 0,65% para PIS e 3% para COFINS.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, diferindo o recolhimento até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem.

p. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia e suas controladas adotam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (equivalente a IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

As controladas Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. e Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. possuem um direito incondicional de recebimento em espécie do montante dos investimentos realizados, razão pela qual possui um ativo financeiro junto à CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento. Para as demais controladas, não estão previstos nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas estimaram que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

q. Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

r. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

s. Novas normas e interpretações

Certas normas e alterações se tornaram vigentes a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.

- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para

de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para o Grupo.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

5 Reapresentação de valores correspondentes

Após realização de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controlada Aegea Saneamento para averiguar as alegações de fato e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica (deflagrada pela Polícia Federal em 11 de maio de 2017, na qual a controlada indireta Águas Guariroba S.A. foi alvo de procedimentos investigatórios), a Administração reuniu os elementos necessários e finalizou durante o quarto trimestre de 2021 a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia e de algumas de suas controladas, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e efeitos tributários, tendo procedido com as respectivas correções retrospectivas. Consequentemente, os saldos de abertura dos valores correspondentes, assim como, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Com isso, os impactos referentes ao tema são definitivos uma vez que a investigação independente contratada pelo Conselho de Administração foi encerrada.

O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Balço patrimonial	Controladora			Controladora		
	31 de dezembro de 2020			1º de janeiro de 2020		
(Em milhares de Reais)	Anteriorm ente apresentad o	Ajustes	Reapresent ado	Anteriorm ente apresentad o	Ajustes	Reapresent ado
Ativos						
Total do ativo circulante	85.021	-	85.021	90.048	-	90.048
Total do realizável a longo prazo	234.450	-	234.450	219.140	-	219.140
Investimentos	900.798	(135.022)	765.776	807.376	(148.761)	658.615
Total do ativo não circulante	1.135.248	(135.022)	1.000.226	1.026.516	(148.761)	877.755
Total do ativo	1.220.269	(135.022)	1.085.247	1.116.564	(148.761)	967.800
Passivos						
Total do passivo circulante	38.096	-	38.096	52.469	-	52.469
Total do passivo não circulante	276.741	-	276.741	294.774	-	294.774
Patrimônio líquido						
Capital social	416.458	-	416.458	416.458	-	416.458
Reserva de capital	(6.650)	-	(6.650)	(6.650)	-	(6.650)
Reservas de lucros	385.047	(135.022)	250.025	310.179	(148.761)	161.418
Ajuste de conversão de balanço	5.031	-	5.031	2.148	-	2.148
Ajuste de avaliação patrimonial	105.546	-	105.546	47.186	-	47.186
Patrimônio líquido	905.432	(135.022)	770.410	769.321	(148.761)	620.560
Total do patrimônio líquido	905.432	(135.022)	770.410	769.321	(148.761)	620.560
Total do passivo e patrimônio líquido	1.220.269	(135.022)	1.085.247	1.116.564	(148.761)	967.800

Demonstração de resultado (Em milhares de reais)	Controladora 31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Despesas administrativas e gerais	(2.119)	-	(2.119)
Resultado de equivalência patrimonial	149.461	13.739	163.200
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	147.342	13.739	161.081
Receitas financeiras	2.677	-	2.677
Despesas financeiras	(16.012)	-	(16.012)
Resultado financeiro	(13.335)	-	(13.335)
Resultado antes dos impostos	134.007	13.739	147.746
Lucro líquido do exercício	134.007	13.739	147.746
Acionistas controladores	134.007	13.739	147.746
Lucro líquido do exercício	134.007	13.739	147.746

Demonstração de fluxo de caixa

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Demonstração de fluxo de caixa (Em milhares de Reais)	Controladora 31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos impostos	134.007	13.739	147.746
Ajustes para:			
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.692	-	14.692
Amortização e baixa do custo de captação	1.196	-	1.196
Juros sobre aplicações financeiras	(3.126)	-	(3.126)
Resultado de equivalência patrimonial	(149.461)	(13.739)	(163.200)
	(2.692)	-	(2.692)
Impostos a recuperar	(14)	-	(14)
Adiantamentos a fornecedores	1	-	1
Outros créditos	3	-	3
Fornecedores e empreiteiros	32	-	32
Obrigações fiscais	(14)	-	(14)
Outras contas a pagar	(4)	-	(4)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(2.688)	-	(2.688)

Fluxo de caixa de atividades de investimento

Aplicações financeiras	4.929	-	4.929
Juros recebidos	3.120	-	3.120
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	125.357	-	125.357
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	133.406	-	133.406

Fluxo de caixa de atividades de financiamento

Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(25.603)	-	(25.603)
Conta corrente líquida - partes relacionadas	(51.279)	-	(51.279)
Dividendos pagos	(53.793)	-	(53.793)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(130.675)	-	(130.675)

Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	13	-	13
Efeitos de variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	56	-	56
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	43	-	43

Balanco patrimonial (Em milhares de Reais)	Consolidado 31 de dezembro de 2020			Consolidado 1º de janeiro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativos						
Total do ativo circulante	3.782.874	-	3.782.874	1.885.817	-	1.885.817
Aplicações financeiras	47.693	-	47.693	45.582	-	45.582
Contas a receber de clientes	393.224	-	393.224	368.168	-	368.168

Grua Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Impostos a recuperar	126.631	-	126.631	22.843	-	22.843
Contas correntes a receber de partes relacionadas	227.152	-	227.152	164.361	-	164.361
Ativo fiscal diferido	22.571	40.156	62.727	55.472	17.502	72.974
Instrumentos financeiros derivativos	1.100.786	-	1.100.786	486.159	-	486.159
Depósitos judiciais	45.191	-	45.191	263.615	-	263.615
Outros créditos	31.004	(6.041)	24.963	110.687	(6.041)	104.646
Total do realizável a longo prazo	1.994.252	34.115	2.028.367	1.516.887	11.461	1.528.348
Investimentos	36	-	36	2.993	-	2.993
Imobilizado	109.099	2.476	111.575	88.592	3.336	91.928
Ativo da concessão	561.222	-	561.222	1.048.980	-	1.048.980
Intangível	4.421.429	(258.469)	4.162.960	3.621.098	(270.178)	3.350.920
Total do ativo não circulante	7.086.038	(221.878)	6.864.160	6.278.550	(255.381)	6.023.169
Total do ativo	10.868.912	(221.878)	10.647.034	8.164.367	(255.381)	7.908.987
Passivos						
Total do passivo circulante	1.410.107	-	1.410.107	1.277.421	-	1.277.421
Fornecedores e empreiteiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.970.301	-	6.970.301	4.550.536	-	4.550.536
Passivo fiscal diferido	299.808	-	299.808	210.089	-	210.089
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	1.823	-	1.823	-	-	-
Parcelamentos de impostos	2.876	-	2.876	3.775	-	3.775
Provisão para contingências	59.618	70.456	130.074	28.105	65.223	93.328
Outros impostos diferidos	12.085	-	12.085	15.022	-	15.022
Outras contas a pagar	106.708	-	106.708	112.390	-	112.390
Consideração contingente	-	-	-	232.407	-	232.407
Total do passivo não circulante	7.453.219	70.456	7.523.675	5.152.324	65.223	5.217.547
Patrimônio líquido						
Capital social	416.458	-	416.458	416.458	-	416.458
Reserva de capital	(6.650)	(243.328)	(249.978)	(6.650)	(243.328)	(249.978)
Reservas de lucros	385.047	(31.945)	353.102	310.179	(59.954)	250.225
Ajuste de conversão de balanço	5.031	-	5.031	2.148	-	2.148
Ajuste de avaliação patrimonial	105.546	-	105.546	47.186	-	47.186
Patrimônio líquido	905.432	(275.273)	630.159	769.321	(303.282)	466.039
Participação de não controladores	1.100.154	(17.061)	1.083.093	965.301	(17.322)	947.979
Total do patrimônio líquido	2.005.586	(292.334)	1.713.252	1.734.622	(320.604)	1.414.018
Total do passivo e patrimônio líquido	10.868.912	(221.878)	10.647.034	8.164.367	(255.381)	7.908.987

Demonstração de resultado (Em milhares de reais)	Consolidado 31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	2.836.535	-	2.836.535
Custos dos serviços prestados	(1.379.981)	10.692	(1.369.289)
Lucro bruto	1.456.554	10.692	1.467.246
Despesas administrativas e gerais	(601.720)	(4.993)	(606.713)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(9.719)	-	(9.719)
Outras receitas operacionais	88.640	-	88.640
Outras despesas operacionais	(14.292)	-	(14.292)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	919.463	5.699	925.162
Receitas financeiras	1.141.681	-	1.141.681
Despesas financeiras	(1.457.969)	(81)	(1.458.050)
Resultado financeiro	(316.288)	(81)	(316.369)
Resultado antes dos impostos	603.175	5.618	608.793
Imposto de renda e contribuição social	(266.653)	22.655	(243.998)
Lucro líquido do exercício	336.522	28.273	364.795
Acionistas controladores	147.746	13.739	161.485
Lucro líquido do exercício	336.522	28.273	364.795

Demonstração de fluxo de caixa (Em milhares de Reais)	Consolidado 31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Resultado antes dos impostos	603.176	5.618	608.794
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	272.481	(10.850)	261.631
Resultado na baixa de imobilizado	2.563	-	2.563
Resultado na baixa de intangível	3.239	-	3.239
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	359.173	-	359.173
Amortização e baixa do custo de captação	23.439	-	23.439
Variação cambial	33.675	-	33.675
(Ganho) Perda com instrumentos financeiros derivativos	(599.463)	-	(599.463)
Ajuste de conversão de balanço	478.437	-	478.437
Juros sobre aplicações financeiras	(44.863)	-	(44.863)
Ajuste a valor presente de clientes	(13.680)	-	(13.680)
Provisão para contingências	56.507	5.151	61.658
Atualização monetária das contingências	392	81	473
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	3.821	-	3.821
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (sem efeito caixa)	-	-	-
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	109.975	-	109.975
Baixa de títulos do contas a receber	(24.455)	-	(24.455)
Habilitação de crédito de PIS e COFINS s/decisão judicial	(72.211)	-	(72.211)
Atualização financeira sobre impostos	(63.734)	-	(63.734)
Atualização do outras contas a pagar	9.999	-	9.999
Baixa de ativo descontinuado	9.375	-	9.375
	1.147.846	-	1.147.846
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	505.868	-	505.868
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(2.287.401)	-	(2.287.401)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	1.833.614	-	1.833.614
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	52.081	-	52.081
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	29.926	-	29.926
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	82.007	-	82.007
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	52.081	-	52.081

6 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	3	6	146	10
Banco conta movimento	4	50	105.586	81.900
	7	56	105.732	82.000

Os saldos de caixa e banco conta movimento compreendem, basicamente, numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

7 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento Abril/2021 a Setembro/2024	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
CDB pós-fixadas	65% a 112% do CDI		77.349	87.685	1.745.846	2.151.203
Fundo de Investimento SAFIRA	77,21% do CDI	Indeterminado	-	-	607.608	316.617
Fundo de Investimento CEF TOP	74,80% do CDI	Indeterminado	-	-	87.747	23.460
Fundo de Investimento CEF SAFIRA	94,75% do CDI	Indeterminado	-	-	-	129.747
Fundo de Investimento BNB	55,09% e 59,57% do CDI	Indeterminado	-	-	-	-
Fundo de Investimento CDB	98,30% do CDI	Indeterminado	-	-	68.047	-
Fundo de Investimento FI BRL REF DI	70,82% do CDI	Indeterminado	-	-	2.357	2.924
Fundo de Investimento BB	84,88% do CDI	Indeterminado	-	-	-	60.343
Deposit SocGen	0,21% a.a	Indeterminado	-	-	1.807	3.190
			<u>77.349</u>	<u>87.685</u>	<u>2.513.412</u>	<u>2.687.484</u>
Circulante			77.349	81.762	2.473.236	2.639.791
Não circulante			-	5.923	40.176	47.693

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB e dos fundos de investimento é em média 95,71% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (78,79% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As cotas adquiridas dos fundos de investimentos, correspondem a aplicações em fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. Todos os fundos são registrados junto à CVM.

A aplicação financeira modalidade *Deposit SocGen* no valor de R\$ 1.807 (equivalente a US\$ 324 considerando a PTAX do dia 31 de dezembro de 2021 de R\$ 5,5805) no *Banco Societé Generale*, não possui data de vencimento estabelecida, sendo sua liquidez diária.

O montante apresentado no ativo não circulante é mantido para cumprimento de obrigações relacionadas, as quais possuem cláusulas contratuais determinando que mantenham em conta reserva, durante toda a vigência do contrato saldo que corresponda o equivalente a, pelo menos, 3 contraprestações mensais.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

8 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	2020
Serviços administrativos - partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	34.004	-
Faturamento de serviços de água e esgoto	1.538.296	1.245.631
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	104.530	94.755
Ativo financeiro de concessão – clientes públicos (a)	392.278	202.286
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(488.994)	(369.199)
	<u>1.580.114</u>	<u>1.173.473</u>
Circulante	847.931	780.249
Não circulante	<u>732.183</u>	<u>393.224</u>

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água, esgoto e engenharia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim representado:

Classe de consumidor	Consolidado						Total em 2021
	Saldo a vencer	Saldos vencidos				Total	
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias		
Residencial	206.158	219.978	105.819	72.111	57.033	454.941	661.099
Comercial	26.159	32.590	20.806	22.899	14.980	91.275	117.433
Industrial	1.897	1.822	1.029	1.038	1.576	5.465	7.366
Setor público	21.329	25.984	11.832	6.954	538	45.308	66.633
Subtotal consumidores	255.543	280.374	139.486	103.002	74.127	596.989	852.533
Renegociações (i)	609.374	38.227	13.344	12.299	12.521	76.391	685.765
	864.917	318.601	152.830	115.301	86.648	673.380	1.538.298

Classe de consumidor	Consolidado						Total em 2020
	Saldo a vencer	Saldos vencidos				Total	
		Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias		
Residencial	139.854	185.111	85.917	76.631	61.362	409.021	548.875
Comercial	20.829	32.386	20.146	18.207	10.801	81.540	102.369
Industrial	1.346	1.934	1.191	1.660	920	5.705	7.051
Setor público	15.771	23.180	16.774	21.040	13.428	74.422	90.193
Subtotal consumidores	177.800	242.611	124.028	117.538	86.511	570.688	748.488
Renegociações (i)	396.832	47.606	26.965	17.999	7.741	100.311	497.143
	574.632	290.217	150.993	135.537	94.252	670.999	1.245.631

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2021 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 72.192 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 4,23% a.a. (R\$ 65.924 e 5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2020) Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 6.268 de provisão para ajuste a valor presente (R\$ 13.680 de reversão de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2020).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas está o parcelamento de débitos e um programa recorrente de cortes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Consolidado				
	Saldo em 2020	Resultado			Saldo em 2021
		Adições	Reversões	Baixas	
Privado (ii)	(175.544)	(184.004)	128.122	-	(231.426)
Público	(9.986)	(11.841)	7.155	-	(14.672)
Renegociações	(183.669)	(170.771)	111.544	-	(242.896)
	(369.199)	(366.616)	246.821	-	(488.994)

Natureza	Consolidado				
	Saldo em 2019	Resultado			Saldo em 2020
		Adições	Reversões (iii)	Baixa de Controlada (iv)	
Privado (ii)	(247.884)	(111.274)	183.614	-	(175.544)
Público	(7.573)	(5.936)	3.523	-	(9.986)
Renegociações	(111.742)	(126.076)	54.149	-	(183.669)
	(367.199)	(243.286)	241.286	-	(369.199)

As baixas e recuperações de títulos têm a seguinte movimentação no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Consolidado		
	Resultado		
	Baixas	Recuperações (v)	Total em 2021
Privado (ii)	(150.885)	165.535	14.650
Público	(4.684)	4.965	281
Renegociações	(51.875)	55.795	3.920
	<u>(207.444)</u>	<u>226.295</u>	<u>18.851</u>

Natureza	Consolidado		
	Resultado		
	Baixas	Recuperações (v)	Total em 2020
Privado (ii)	(64.668)	106.039	41.371
Público	(2.812)	848	(1.964)
Renegociações	(61.005)	46.053	(14.952)
	<u>(128.485)</u>	<u>152.940</u>	<u>24.455</u>

- (i) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.
- (ii) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação das controladas indiretas da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultam em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.
- (iii) No valor de R\$ 246.821 na coluna de reversões, R\$ 241.286 refere-se ao estorno da provisão para efetivação da baixa, tendo como contrapartida o próprio contas a receber, não tendo efeito no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados, públicos e renegociações.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS - Programa de integração social	-	-	9.065	717
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	-	-	50.153	3.289
ISS – Imposto sobre serviços retidos	-	-	-	56
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	-	-	8	17
INSS retido na fonte	-	-	9.471	9.354
ICMS retido	-	-	937	878
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	-	1.620	32.053	1.631
Crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	-	-	52.779	135.830
Outros impostos a recuperar	-	-	31.587	1.384
Imposto de renda e contribuição social	2.256	1.574	2.255	57.477
	<u>2.256</u>	<u>3.194</u>	<u>188.308</u>	<u>210.633</u>
Circulante	2.256	3.194	108.058	84.001
Não circulante	-	-	80.250	126.632

- (i) Conforme nota explicativa nº 13, letra “c”, devido a decisão favorável do direito a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados, além do direito à restituição dos valores depositados judicialmente a controlada indireta Manaus Ambiental S.A. (“Manaus Ambiental”) reconheceu em março de 2020 os créditos tributários do período coberto pela ação judicial relativa aos valores efetivamente pagos, corrigidos pela SELIC. No dia 29 de julho de 2020, a Manaus Ambiental formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

c. Movimentação dos investimentos

	Aegea Saneamento e Participações S.A.
Valor do investimento em 1º de janeiro de 2020	648.614
Equivalência patrimonial	187.162
Valor recebido na alienação de investimentos	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(125.357)
Diluição de participação societária em controlada (i) – (a)	(6.091)
Reflexo de efeitos no patrimônio líquido da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A.	61.448
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020	765.776
Equivalência patrimonial	180.809
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(111.832)
Diluição de participação societária em controlada (ii) – (a) e (c)	1.530.316
Reflexo de efeitos no patrimônio líquido da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A.	(54.850)
Aquisição ações preferenciais	10.000
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2021	2.320.219
	Verona Saneamento e Investimentos S.A.
Valor do investimento em 31 dezembro de 2019	(26.534)
Equivalência patrimonial	(13.961)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020	(40.495)
Equivalência patrimonial	(328.011)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2021	(368.506)

(i) Exercício de 2020

- (a) Em 10 de janeiro de 2020, foi aprovada a emissão de 1.000 novas ações da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A., preferenciais classe C, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$ 3,71429053 (em reais) por ação, sendo 0,3% destinado à conta de capital social e 99,7% destinado à conta de reserva de capital. Tais ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela controlada Verona Saneamento e Investimentos S.A., em moeda corrente, tendo todos os demais acionistas cedido a seus direitos de preferência, nas proporções necessárias para permitir que esta subscrevesse as ações preferenciais ora emitidas.

(ii) Exercício de 2021

- (b) Em 01 de julho de 2021, foi aprovado em assembleia geral extraordinária um aumento de capital da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A sem a participação de Companhia.

Após esse movimento a participação da Companhia nas ações ordinárias da investida foram diluídas e representam 57,37% do total das ações.

Adicionalmente foi anuído a emissão de 170.324.178 novas ações preferenciais classe D, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$18,846414 por ação, resultando em um valor total de R\$ 3.210.000, desse montante 1% será destinado à conta de Capital Social e 99% será destinado à conta de reserva de capital. Das novas ações preferenciais classe D emitidas, 530.605 Subscritas pela Companhia.

d. Participação no ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Aegea Saneamento e Participações S.A reconheceu participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da sua política de *hedge* de fluxo de caixa, assim como, de suas controladas indiretas Águas Guararoba S.A., Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A., Águas de Matão S.A., Igarapé Participações S.A. e sua controlada indireta Águas de Barra do Garças Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 26.

12 Ativo de contrato da concessão

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo de contrato da concessão	408.512	561.223

Referem-se ao direito contratual da concessionária de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 13).

	Consolidado				Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adições (i)	Baixas	Transferências (ii)	
Ativo de contrato da concessão	561.223	772.039	(4)	(924.746)	408.512

	Consolidado				Saldo em 2020
	Saldo em 2019	Adições (i)	Baixas	Transferências (ii)	
Ativo de contrato da concessão	1.048.980	524.440	(4.649)	(1.007.548)	561.223

- (i) A aquisição de ativo de contrato da concessão na demonstração dos fluxos de caixa está líquida:
- Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram capitalizados R\$ 53.805 à uma taxa média de 8,76% a.a. (R\$ 41.810 e 6,72% a.a. em 31 de dezembro de 2020); e,
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

13 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Consolidado						
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2021			2020
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	de 19 a 60	3,1%	1.112.077	(244.327)	867.750	896.715
Instalações técnicas de saneamento	de 02 a 48	4,5%	3.257.152	(1.028.397)	2.228.755	1.795.693
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	4,0%	2.007.318	(636.028)	1.371.290	1.151.487
Máquinas e equipamentos	de 03 a 48	6,5%	379.657	(163.705)	215.952	183.177
Outros componentes	de 03 a 48	5,6%	9.644	(3.844)	5.800	6.162
			<u>6.765.848</u>	<u>(2.076.301)</u>	<u>4.689.547</u>	<u>4.033.234</u>
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	de 03 a 10	10%	196.827	(66.471)	130.356	129.726
			<u>196.827</u>	<u>(66.471)</u>	<u>130.356</u>	<u>129.726</u>
			<u>6.962.675</u>	<u>(2.142.772)</u>	<u>4.819.903</u>	<u>4.162.960</u>

Consolidado						
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2020			2019
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	de 19 a 60	3,1%	1.100.776	(204.061)	896.715	933.326
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 42	4,2%	2.684.278	(888.585)	1.795.693	1.073.227
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 48	3,7%	1.715.958	(564.471)	1.151.487	1.135.326
Máquinas e equipamentos	de 03 a 48	8,0%	324.743	(141.566)	183.177	94.501
Outros componentes	de 03 a 42	6,1%	9.572	(3.410)	6.162	24.302
			<u>5.835.327</u>	<u>(1.802.093)</u>	<u>4.033.234</u>	<u>3.260.682</u>
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	de 03 a 10	26%	182.963	(53.237)	129.726	127.519
			<u>182.963</u>	<u>(53.237)</u>	<u>129.726</u>	<u>127.519</u>
			<u>6.018.290</u>	<u>(1.855.330)</u>	<u>4.162.960</u>	<u>3.388.201</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	2020			2021	
	Custo	Adições	Baixa	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	1.100.776	11.301	-	-	1.112.077
Instalações técnicas de saneamento	2.684.278	571.011	(705)	2.568	3.257.152
Edificações de estações de tratamento	1.715.958	314.902	(8.462)	(15.080)	2.007.318
Máquinas e equipamentos	324.743	37.910	(38)	17.042	379.657
Outros componentes	9.572	71	(9)	10	9.644
	<u>5.835.327</u>	<u>935.195</u>	<u>(9.214)</u>	<u>4.540</u>	<u>6.765.848</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	182.963	18.406	(2)	(4.540)	196.827
	<u>182.963</u>	<u>18.406</u>	<u>(2)</u>	<u>(4.540)</u>	<u>196.827</u>
	<u>6.018.290</u>	<u>953.601</u>	<u>(9.216)</u>	<u>-</u>	<u>6.962.675</u>
Ativo	2019			2020	
	Custo	Adições	Baixa	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	1.098.434	13.724	-	(11.382)	1.100.776
Instalações técnicas de saneamento	2.133.228	386.190	(500)	165.360	2.684.278
Edificações de estações de tratamento	1.364.901	606.331	(11.087)	(244.187)	1.715.958
Máquinas e equipamentos	197.368	7.698	(956)	120.633	324.743
Outros componentes	68.163	7.328	(295)	(65.624)	9.572
	<u>4.862.094</u>	<u>1.021.271</u>	<u>(12.838)</u>	<u>(35.200)</u>	<u>5.835.327</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	161.965	14.728	(2.053)	8.323	182.963
	<u>161.965</u>	<u>14.728</u>	<u>(2.053)</u>	<u>8.323</u>	<u>182.963</u>
	<u>5.024.059</u>	<u>1.035.999</u>	<u>(14.891)</u>	<u>(26.877)</u>	<u>6.018.290</u>

c. Movimentação da amortização

Ativo	2020			2021	
	Amortização acumulada	Adições	Baixa	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(204.061)	(38.920)	-	(1.346)	(244.327)
Instalações técnicas de saneamento	(888.585)	(139.285)	27	(554)	(1.028.397)
Edificações de estações de tratamento	(564.471)	(72.108)	17	534	(636.028)
Máquinas e equipamentos	(141.566)	(21.485)	4	(658)	(163.705)
Outros componentes	(3.410)	(430)	1	(5)	(3.844)
	<u>(1.802.093)</u>	<u>(272.228)</u>	<u>49</u>	<u>(2.029)</u>	<u>(2.076.301)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(53.237)	(13.915)	-	681	(66.471)
	<u>(53.237)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>681</u>	<u>(66.471)</u>
	<u>(1.855.330)</u>	<u>(286.143)</u>	<u>49</u>	<u>(1.348)</u>	<u>(2.142.772)</u>

Ativo	2019	2020			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixa	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(165.108)	(39.705)	-	752	(204.061)
Instalações técnicas de saneamento	(1.060.001)	(98.192)	-	269.608	(888.585)
Edificações de estações de tratamento	(229.575)	(64.223)	1.817	(272.490)	(564.471)
Máquinas e equipamentos	(102.867)	(14.061)	833	(25.471)	(141.566)
Outros componentes	(43.861)	(2.331)	129	42.653	(3.410)
	(1.601.412)	(218.512)	2.779	15.052	(1.802.093)
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(34.446)	(16.640)	174	(2.325)	(53.237)
	(34.446)	(16.640)	174	(2.325)	(53.237)
	<u>(1.635.858)</u>	<u>(235.152)</u>	<u>2.953</u>	<u>12.727</u>	<u>(1.855.330)</u>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções, melhorias na infraestrutura e outorga/contrato de concessão. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2021.

Em abril de 2012, foram celebrados entre a controlada indireta Águas Guariroba S.A. e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3º e o 4º termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 (“prazo da concessão”), como consequência de reequilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais ao escopo inicial e em função à incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto não prevista no contrato original.

Na sequência, a partir de 2014, a controlada indireta Águas Guariroba S.A. recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa “Pavimentação e qualificação de vias urbanas” da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgoto previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

A controlada indireta Águas Guariroba S.A., recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

A controlada indireta Águas Guariroba S.A., em defesa dos seus interesses e para a manutenção dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, interpôs recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em desfavor à Decisão Liminar nº 122/2017, que determinou a suspensão cautelar do 3º e do 4º termo aditivo. No julgamento do mencionado recurso, ocorrido no dia 11 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, por maioria de votos, decidiu dar provimento parcial ao recurso de agravo de

instrumento, determinando a retirada do 4º termo aditivo da decisão liminar nº 122/2017, mantendo, porém, a suspensão do 3º termo aditivo. Em resposta, a controlada indireta Águas Guariroba S.A. opôs embargos de declaração alegando omissão no acórdão exarado, sendo que esta medida foi rejeitada em 06 de junho de 2018. Atualmente, o processo administrativo está em fase de instrução para que seja julgado o mérito. A sua probabilidade de perda é remota.

O processo licitatório nº 001/2016 da controlada indireta Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. da Subconcessão de Teresina possui processos judiciais em andamento os quais versam sobre o resultado da fase da proposta técnica da licitação, bem como a competência para julgamento dessas ações, e foram classificados por nossos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível. Estes processos tiveram origem em questionamento formulado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, o qual foi recentemente julgado por esta corte no sentido de estabilizar a vigência da subconcessão.

Na hipótese de ser decretada a anulação da subconcessão vinculada aos processos judiciais em andamento, o poder concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços subconcedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a subconcessionária assinou o contrato de subconcessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade. Ainda, a recente decisão do TCE/PI, decidiu pela estabilização do contrato de subconcessão, reforçando especificamente os possíveis impactos financeiros para o Estado do Piauí decorrentes das indenizações cabíveis como consequência inexorável de uma eventual anulação da subconcessão.

Impairment

A Administração da Companhia e suas controladas diretas e indiretas não identificaram qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2021. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas efetuam a revisão da vida útil dos ativos sempre quando há mudanças nas estimativas.

O valor recuperável da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas foram baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

A taxa de desconto utilizada como premissa na estimativa do valor é condizente com as taxas de mercado. A taxa de desconto é uma taxa após impostos baseada na ponderação do custo de capital da Companhia e de suas controladas, composto por capital próprio e capital de terceiros, sendo:

- Custo de capital próprio: com base nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda dos fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.
- Custo de capital de terceiros: com base na taxa média refletida pela composição do endividamento total da Companhia e de suas controladas.

14 Fornecedores e empreiteiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prestação de serviços e empreiteiros a pagar	211	50	237.806	199.787
	<u>211</u>	<u>50</u>	<u>237.806</u>	<u>199.787</u>
Circulante	211	50	211.679	199.787
Não circulante	-	-	26.127	

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Controladora		Consolidado	
				2021	2020	2021	2020
Debêntures (a) – CDI	CDI + 0,65% a 4,50% a.a.	Jul/23 a Abr/30	4.292.400	685.262	248.668	4.207.330	2.820.809
Debêntures (a) - IPCA	IPCA + 4,40% a 7,08% a.a.	Ago/24 a Jul/29	807.600	-	-	958.275	862.990
Loan Proparco (b)	Libor + 3,25% a.a.	Dez/26	136.322	-	-	115.604	129.026
Projeto BNDES (c)	Pré 3% a 6% a.a. SELIC + 1,94% a 3,13% a.a. TJLP + 1,94% a.a. a 3,44% a.a. e IPCA + 5,10% a 5,50% a.a.	Jan/22 a Jul/40	1.039.036	-	-	472.599	492.363
Projeto CEF (d)	TR + 8,5% a 8,7% a.a.	Fev/39 a Fev/43	482.597	-	-	282.009	288.259
Sênior Notes (Bonds) (e)	USD + 5,75% a.a.	Out/24	1.266.920	-	-	2.247.669	2.088.508
Finisa e Finame	Pré 3,50% a.a.	Dez/23	4.912	-	-	1.306	2.011
Capital de Giro (f)	SELIC + 2,53% a.a.	Ago/23	30.000	-	-	18.029	28.930
Notas promissórias Comerciais (g)	CDI + 1,50% a 1,70% a.a.	Jan/23 a Mar/23	500.000	-	-	525.626	514.005
Projeto BNB(h)	IPCA + 1,17% a.a.	Setembro/38	33.631	-	-	33.969	33.853
Cédula de crédito bancário(i)	CDI + 3,80% a 4,65% a.a.	Abr/22 a Out/23	600.000	-	-	391.526	600.499
Empréstimo (j)	CDI + 2,50% a.a.	Jan/21 a Mar/23	40.000	12.527	22.502	12.527	22.502
				<u>697.789</u>	<u>271.170</u>	<u>9.266.469</u>	<u>7.883.755</u>
Circulante				70.873	37.248	597.302	913.454
Não circulante				626.916	233.922	8.669.167	6.970.301

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2021	2021
2023	2.557	873.267
2024	-	2.313.241
2025	-	80.778
2026	-	74.825
2027	-	45.416
2028 em diante	-	471.968
	<u>2.557</u>	<u>3.859.495</u>

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2021	2021
2023	65.726	1.039.172
2024	72.228	731.718
2025	71.315	899.625
2026	87.361	618.597
2027	98.058	507.770
2028 em diante	244.005	482.181
	<u>638.693</u>	<u>4.279.063</u>

Custo de captação (não circulante)

Total

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	2021
(14.334)	(110.641)
<u>(14.334)</u>	<u>(110.641)</u>

Movimentação das dívidas	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	271.170	280.885	7.883.753	5.301.259
Captações	700.000	-	2.999.246	2.745.968
(-) Pagamentos do principal	(291.773)	(8.750)	(1.273.870)	(675.064)
(-) Pagamentos de juros	(30.585)	(16.853)	(447.447)	(361.188)
Provisão de juros	46.851	14.692	624.320	359.173
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 10, item “i”, letra “a”)	-	-	23.805	41.810
Ajuste de tradução de balanço (i)	-	-	158.056	473.872
(-) Custo de captação do exercício	-	-	(34.375)	(59.189)
Amortização do custo de captação do exercício	2.126	1.196	32.712	23.439
Variação cambial	-	-	8.722	33.674
Aporte em controlada (ii) sem efeito caixa	-	-	(708.453)	-
Saldo final	<u>697.789</u>	<u>271.170</u>	<u>9.266.469</u>	<u>7.883.754</u>

- (i) O saldo de ajuste de tradução de balanço refere-se a conversão de moeda da controlada indireta Aegea Finance S. à R. L. para a moeda funcional da Companhia.
- (ii) A controlada Aegea Saneamento transferiu a titularidade da dívida referente à 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para a controlada indireta Tertúlia. Em momento subsequente, a Projeto Lake S.A. (detentora da dívida), mediante a capitalização dessa 6ª emissão de debêntures, integralizou como capital social na controlada indireta Tertúlia. A controlada Aegea Saneamento transferiu a titularidade da dívida referente à 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para a controlada indireta Camastra. Em momento subsequente, a IFIN Participações S.A. (detentora da dívida) mediante a capitalização dessa 8ª emissão de debêntures, integralizou como capital social na controlada indireta Camastra.

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2021 totaliza o montante de R\$ 119.029 (R\$ 114.256 em 31 de dezembro de 2020), considerando o ajuste de tradução de balanço no montante de R\$ 984 (R\$ 4.291 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(a) Debêntures

A Companhia e suas controladas emitiram debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Datas de pagamento	
				Principal	Juros
Nascentes do Xingú (i)	3ª emissão	Julho/2017	155.000	2 parcelas - agosto de 2023 e de 2024	Semestral da emissão
Aegea Saneamento (ii)	3ª emissão - 1ª série	Julho/2018	533.500	3 parcelas - julho de 2020, de 2021 e de 2022	Semestral da emissão
Aegea Saneamento (ii)	3ª emissão - 2ª série	Julho/2018	66.500	2 parcelas - julho de 2024 e de 2025	Anual da emissão
Prolagos (ii)	4ª emissão	Junho/2019	100.000	2 parcelas - junho de 2023 e de 2024	Semestral da emissão
Guariroba (ii)	4ª emissão - 1ª série	Julho/2019	303.900	2 parcelas - julho 2025 e 2026	Semestral da emissão
Guariroba (ii)	4ª emissão - 2ª série	Julho/2019	276.100	3 parcelas - julho 2027, 2028 e 2029	Anual da emissão
Aegea Saneamento (ii)	4ª emissão	Julho/2018	600.000	2 parcelas - fevereiro 2024 e 2025	Semestral da emissão
Manaus (i)	3ª emissão	Maior/2020	310.000	Junho/2025	Semestral da emissão
Aegea Saneamento (ii)	5ª emissão	Setembro/2020	300.000	Setembro/2023	Semestral da emissão
Guariroba (ii)	5ª emissão	Outubro/2020	350.000	2 parcelas - outubro de 2023 e de 2024	Semestral da emissão
Prolagos (ii)	5ª emissão	Outubro/2020	150.000	Outubro/2023	Anual da emissão
Teresina (iii)	3ª emissão	Março/2021	200.000	3 parcelas - março de 2024, 2025 e 2026	Semestral da emissão
Aegea (iv)	6ª emissão	Janeiro/2021	378.453	-	-
Aegea (ii)	7ª emissão	Abril/2021	400.000	3 parcelas - abril de 2025, 2026 e 2027	Semestral da emissão
MS Pantanal (iii)	1ª emissão	Junho/2021	150.000	Parcela única	Anual da emissão
Aegea (iv)	8ª emissão	Julho/2021	330.000	-	-
Aegea (ii)	9ª emissão	Julho/2021	800.000	3 parcelas - outubro de 2026, 2027 e 2028	Semestral da emissão

- (i) As garantias mais importantes relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela controlada Aegea Saneamento.
(ii) As operações de debêntures não possuem garantias.

- (iii) A Companhia concedeu fiança nas operações.
- (iv) A controlada Aegea Saneamento transferiu a titularidade das debêntures para a controlada indireta Tertúlia e para a controlada Camastra.

Em março de 2021, foi totalmente liquidada pela controlada indireta Guariroba a 3ª emissão de debêntures simples, emitida pela controlada indireta em setembro de 2017, representada por 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 400.000.

Em abril de 2021, foi totalmente liquidada pela controlada indireta Teresina a 2ª emissão de debêntures simples, emitida pela controlada em abril de 2020, representada por 102.000 debêntures simples, não conversíveis em ações em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 102.000.

Em julho de 2021, foi totalmente liquidada pela controlada indireta Manaus a 2ª emissão de debêntures simples, emitida pela controlada indireta em julho de 2019, representada por 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 100.000.

Em novembro de 2021, foi totalmente liquidada pela controlada indireta Prolagos a 3ª emissão de debêntures simples, emitida pela controlada indireta em setembro de 2017, representada por 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 100.000.

(b) **Loan Proparco**

Em dezembro de 2014 as controladas indiretas da Companhia contrataram uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A.* (PROPARCO), já totalmente desembolsados, conforme demonstrado a seguir:

	Valor contratado (U\$)	Taxa na contratação (R\$)	Data de desembolso	Valor desembolsado	Datas de pagamento	
					Principal	Juros
Guariroba (ii)	8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	Semestral a partir de dezembro/17	Semestral da emissão
Matão (i)	14.000	R\$ 3,27	julho/16	45.836		
São Francisco (i)	10.000	R\$ 3,48	junho/16	34.768		
Barra do Garças (i)	8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814		

- (i) As garantias mais importantes relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis; (iii) penhor de 100% das ações detidas pela Companhia; e (iv) 15 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.
- (ii) As garantias mais importantes relacionadas a tal operação são: garantia fidejussória assumida pela Companhia e 15 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2021 as controladas registraram R\$ (7.346) de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, em complemento vide instrumentos financeiros derivativos na nota explicativa nº 22.

(c) Projetos BNDES

As controladas indiretas da Companhia contrataram financiamentos com o BNDES destinados à implantação, ampliação, otimização, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário nos municípios onde atuam:

	Data de contratação	Valor nominal total	Valor Desembolsado	Vencimentos	Garantias
Manaus	Novembro/2014	177.599	177.599	Entre dezembro de 2024 e junho de 2029	(i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) conta reserva e/ou fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor das ações da Manaus Ambiental.
Prolagos	Janeiro/2012 à Novembro/2015	461.686	390.915	Entre janeiro de 2022 e novembro de 2035	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária de 75% dos direitos creditórios e os direitos emergentes da Prolagos; (iii) os recursos mantidos em conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Prolagos detidas pela Companhia.
Serra	Novembro/2018	230.132	97.661	Entre julho de 2021 e dezembro de 2037	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia e Aegea Desenvolvimento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes de Serra limitados ao valor mensal de R\$ 3.000 durante a carência e de R\$ 4.000 após carência; (iii) conta reserva e/ou fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor de 100% das ações de Serra detidas pelas acionistas.
Guarantã	Agosto/2018	25.495	1.443	Entre outubro de 2021 e setembro de 2030	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes de Guarantã; e (iii) os recursos mantidos em conta reserva.
São Francisco do sul	Fevereiro/2019	67.064	21.000	Entre março de 2022 e fevereiro de 2039	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes de São Francisco do Sul; e (iii) conta reserva e/ou fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos.
Manaus	Junho/2020	77.060	37.487	Entre agosto de 2022 e julho de 2040	(i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes; (iii) conta reserva e/ou fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor da totalidade das ações da Manaus detidas pela CSM.

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos.

Em fevereiro de 2021, foi totalmente liquidada pela controlada indireta Manaus as captações realizadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), no valor nominal total de R\$ 60.064, conforme cronograma de amortização definido em contrato.

(d) Projetos CEF

As controladas indiretas da Companhia celebraram contrato de financiamento de longo prazo junto à CEF, para fazer frente aos seus programas de investimentos, conforme descrito a seguir:

	<u>Data de contratação</u>	<u>Valor nominal total</u>	<u>Valor Desembolsado</u>	<u>Vencimentos</u>
Mirante (i)	Fevereiro/2015	195.568	195.568	Entre abril de 2019 e fevereiro de 2039
Sinop (ii)	Dezembro/2015	269.540	40.529	Entre fevereiro de 2020 e dezembro de 2039
Confresa (iii)	Fevereiro/2021	17.489	3.306	Entre fevereiro de 2033 e fevereiro de 2043

- (i) As garantias mais importantes relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Companhia; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão; (iii) notas promissórias no valor do contrato; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Companhia.
- (ii) As garantias mais importantes relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Sinop detidas pela Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de Sinop, podendo o referido percentual ser reduzido gradativamente de acordo com pedido futuro; (iii) os recursos mantidos em conta reserva; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Companhia
- (iii) As garantias mais importantes relacionadas a tal operação são: (i) alienação fiduciária das ações de Confresa detidas pela Nascentes do Xingu; (ii) vinculação da receita e penhor dos direitos creditórios da concessão; (iii) nota promissória no valor do contrato; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Companhia.

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais até o vencimento final dos contratos.

(e) Sênior Notes (Bonds)

Em outubro de 2017, a controlada indireta Aegea Finance S.à R.L., concluiu uma oferta Reg S /144a no exterior de notas (emissão de Bond) no valor total de US\$ 400.000, no valor total de R\$ 1.266.920 (taxa R\$ 3,1673), com vencimento em outubro de 2024 e taxa de juros de 5,75% a.a., pagos semestralmente.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao *Bank of America Merrill Lynch* instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final entre 141,95% até 142,80% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa do Bond, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

Com a finalidade de reduzir a alavancagem da exposição ao CDI junto ao *Bank of America Merrill Lynch*, a Companhia contratou junto ao BTG Pactual um instrumento derivativo de *Swap* de taxa de juros, sendo seu custo final em CDI + 2,86% a.a., para um nocional de R\$ 316.730. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa do Bond, de forma a proteger o instrumento das variações do CDI durante todo o período do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e a controlada indireta Igarapé Participações S.A. (“Igarapé Participações”) registraram R\$ (187.895) de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, em complemento vide instrumentos financeiros derivativos na nota nº 24.

(f) Capital de Giro

Em julho de 2018, a controlada indireta Manaus assinou contrato com o BNDES, destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimento entre setembro de 2020 e agosto de 2023, o qual compartilha as garantias com os demais contratos da controlada indireta Manaus junto ao BNDES.

(g) Notas Promissórias Comerciais

As controladas da Companhia emitiram notas promissórias comerciais da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor nominal total</u>	<u>Pagamento Principal e Juros</u>
Manaus (i)	2ª emissão – 3 séries	Janeiro/2020	300.000	Entre janeiro de 2021 e janeiro de 2023
Teresina (i)	2ª emissão – 3 séries	Março/2020	200.000	Entre março de 2021 e março de 2023

(i) A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela Companhia

(h) Projeto BNB

Em agosto de 2018, a controlada Águas de Timon Saneamento S.A. (“Timon”) e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) celebraram um contrato no valor nominal total de R\$ 73.718 dos quais R\$ 33.631 já foram desembolsados. O financiamento tem vencimento entre outubro de 2022 e setembro de 2038 e tem por objetivo a realização de investimentos da ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água e a implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Timon - MA. As garantias relacionadas a tal empréstimo são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) fundo de liquidez; e (iii) Fiança.

(i) Cédula de Crédito Bancário

A Companhia e suas controladas contrataram linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário), já totalmente desembolsados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Banco</u>	<u>Data de contratação</u>	<u>Valor nominal total</u>	<u>Datas de pagamento</u>	
				<u>Principal</u>	<u>Pagamento Juros</u>
Aegea Saneamento	BTG Pactual	Abril/2020	150.000	2 parcelas -abril de 2021 e de 2022	Trimestral a partir de julho de 2020
Guariroba	Santander	Junho/2020	100.000	5 parcelas semestrais a partir de dezembro de 2020	Semestral a partir de dezembro de 2020
Teresina (i)	Santander	Setembro/2020	200.000	2 parcelas - abril de 2023 e outubro de 2023	Semestral a partir de abril de 2021
Timon (i)	Santander	Setembro/2020	50.000	2 parcelas - abril de 2023 e outubro de 2023	Semestral a partir de abril de 2021

(i) Essa operação conta com o aval da Companhia.

Em novembro de 2021, foi liquidada pela controlada indireta Ariquemes a linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 30.000, conforme cronograma de amortização definido em contrato.

Em novembro de 2021, foi liquidada pela controlada indireta Bombinhas a linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 70.000, conforme cronograma de amortização definido em contrato.

(j) Empréstimo

Em outubro de 2013, a Companhia contratou com o banco Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Cédula de Crédito Bancário – CCB no valor de R\$ 40.000. A CCB tem vencimento em 26 de março de 2023. As principais garantias prestadas foram: (I) penhor de 6% das Ações da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. detidas pela Companhia, (II) cessão fiduciária de recebíveis do fluxo de dividendos vinculados as ações empenhadas no âmbito do penhor de ações; e (III) cessão fiduciária de aplicação financeira (CDB – Cédula de Depósito Bancário) no montante de R\$ 3.400.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas mantém em seus empréstimos e financiamentos, garantias, restrições e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2021.

16 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2021	2020
Direito de outorga a pagar:		
Águas Guariroba S.A. (i)	26.501	26.677
Provisão de fundo social a pagar (ii)	361	277
Parcela a pagar referente a aquisição Manaus Ambiental S.A.	885	
Parcela a pagar referente a aquisição Mauá Participações Estruturadas em Saneamento Ltda.	-	840
<i>Earn-out</i> decorrente de Combinação de Negócios (iii)	-	126.944
Adiantamento de clientes	16.504	21.111
Provisão para bônus diretoria	838	3.933
Arrendamentos CPC 06 (R2)	178.598	38.744
Compromissos assumidos(iv)	305.859	
Aquisição de aeronave	2.023	3.870
Outras contas a pagar	84.353	43.344
	<u>615.922</u>	<u>265.750</u>
Circulante	63.059	159.044
Não circulante	552.863	106.706

(i) O montante a pagar pela controlada indireta Guariroba em 31 de dezembro de 2021 é assim subdividido: (a) R\$ 13.586 (R\$ 12.939 em 31 de dezembro de 2020) devido ao município de Campo Grande – MS e (b) R\$ 12.915 devido ao Estado do Mato Grosso do Sul (R\$ 13.732 em 31 de dezembro de 2020) que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção de tarifa.

O valor do pagamento mensal devido ao município de Campo Grande - MS está suspenso conforme acordo entre as partes até a definição em relação ao pedido feito pela controlada indireta Guariroba para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato devido a antecipação de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) solicitado pelo Poder Concedente Municipal em 2013.

(ii) Recursos destinados a obras sociais pagos mensalmente diretamente ao Município com a alíquota de 0,5% do faturamento da controlada indireta Águas Guariroba S.A., conforme descrito no contrato de concessão.

(iii) A controlada indireta Igarapé Sustentabilidade em decorrência do trânsito em julgado no processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controlada indireta Manaus, assumiu um compromisso de pagar um prêmio

ao vendedor pelo êxito na referida ação, sendo que o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 foi liquidado, com correção, em março de 2021 no montante de R\$ 21.790, a pagar em junho de 2021 no valor de R\$ 25.686 e em agosto de 2021 no valor de R\$ 10.278.

- (iv) Refere-se a compromissos assumidos pela controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda., a serem pagos em 15 parcelas iguais e anuais, atualizadas de acordo com o índice IPCA até a data de cada pagamento. O montante está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 167.688.

17 Obrigações trabalhistas e sociais

	Consolidado	
	2021	2020
Salários e ordenados	-	-
Participação nos resultados a pagar	55.288	41.345
Provisão de férias	39.642	19.660
Encargos sociais	12.724	25.146
	<u>107.654</u>	<u>86.151</u>

18 Depósitos judiciais e provisão para contingências

As controladas diretas e indiretas da Companhia são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, ou quando exigido pelas normas contábeis aplicáveis como segue:

Natureza	Consolidado			
	Demandas Judiciais		Depósitos judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis (i)	10.593	17.675	12.844	14.473
Trabalhistas (ii)	7.921	8.983	4.025	3.491
Tributárias (iii)	83.455	101.555	31.830	26.332
Ambiental (iii)	1.309	1.861	-	-
	<u>103.278</u>	<u>130.074</u>	<u>48.699</u>	<u>44.296</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	Consolidado							
	Saldo em 2020	Resultado			Pagamentos	Indenização desapropriação (i)	Ativo de indenização (ii)	Resultado financeiro
Cíveis	17.675	20.446	(8.730)	(20.216)	732	1.342	(656)	10.593
Trabalhistas	8.983	4.063	(2.070)	(3.455)	-	400	-	7.921
Tributárias (iv)	101.555	3.096	(23.443)	-	-	(242)	2.489	83.455
Ambientais	1.861	-	(552)	-	-	-	-	1.309
Total	<u>130.074</u>	<u>27.605</u>	<u>(34.795)</u>	<u>(23.671)</u>	<u>732</u>	<u>1.500</u>	<u>1.833</u>	<u>103.278</u>

Natureza	Resultado				Indenização desapropriação (i)	Ativo de indenização (ii)	Resultado financeiro	Saldo em 2020
	Saldo em 2019	Adições	Reversões	Pagamentos				
Cíveis	13.654	29.017	(5.197)	(22.634)	(3.338)	6.173	-	17.675
Trabalhistas	9.559	4.090	(1.523)	(3.420)	-	277	-	8.983
Tributárias (iv)	92.371	11.199	(45)	(6.264)	-	-	4.294	101.554
Ambientais	1.028	1.555	(722)	-	-	-	-	1.861
Total	116.612	45.861	(7.487)	(32.318)	(3.338)	6.450	4.294	130.074

(v) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios.

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo perda de risco possível, somavam o montante de R\$ 49.464 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

d. Processos cíveis

A controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante de R\$ 5.963 (R\$ 5.503 em 31 de dezembro de 2020). O principal processo refere-se à:

Ação cível nº 0005415-27.2019.8.19.0055 questiona a cobrança pela multiplicação de mínimos realizada pela Concessionária entre os anos de 2010 a 2019. A sentença judicial julgou os pedidos procedentes determinando: (i) regularização da forma de cobrança para ser observado o consumo medido pelo hidrômetro, (ii) o ressarcimento em dobro dos valores cobrados no período desde 5 anos da distribuição da ação, em 16/09/2019, com valor a ser apurado em liquidação de sentença, (iii) o pagamento de custas e honorários advocatícios. Ambas as partes apresentaram recurso de apelação, ainda pendente de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.540 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Ação cível nº 1918/2019 processo administrativo referente aos autos de infração lavrados pela Secretaria de Meio Ambiente de Iguaba Grande pelas seguintes infrações: (i) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração, (ii) baixo funcionamento da centrífuga, (iii) tratamento UV que se encontra fora de operação e (iv) falta de funcionamento do motor do rotor de tanque aeração. A Concessionária apresentou defesa administrativa em 26/04/2019, os quais estão pendentes de julgamento. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.150 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada indireta Rio negro possui processo que corresponde à causas oriundas da relação de prestação de serviços, no montante de R\$ 8.475 (R\$ 6.726 em 31 de dezembro de 2020). O processo refere-se à:

Ação Indenizatória, requerendo a condenação da Companhia e do Consórcio Público PROAMA, com base no Contrato n. 036/2013-DPJ e no Contrato Programa n. 001/2013, e que, em sentença antecipada parcial do mérito, fosse adiantado o valor incontroverso. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.475 (R\$ 6.726 em 31 de dezembro de 2020).

- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 6.416 (R\$ 6.789 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

e. Processos trabalhistas

- A controlada indireta Águas Guariroba S.A. possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2021 totalizam o montante de R\$ 2.682 (R\$ 2.310 em 31 de dezembro de 2020).
- A controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 1.130 (R\$ 975 em 31 de dezembro de 2020).
- A controlada indireta Manaus, possui processos associados à cobrança de diferenças salariais e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 5.686 (R\$ 9.154 em 31 de dezembro de 2020).
- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 2.689 (R\$ 2.919 em 31 de dezembro de 2020), não existindo processo de valor individual significativo.

f. Processos tributários

A controlada indireta Águas Guariroba S.A. possui processos possíveis que totalizam um montante de R\$ 7.225 (R\$ 7.138 em 31 de dezembro de 2020). O principal processo refere-se à:

A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a controlada indireta Águas Guariroba S.A. dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário 2010. Em 30 de dezembro de 2013 a Águas Guariroba S.A. apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos totalizam um montante de R\$ 7.225 (R\$ 7.137 em 31 de dezembro de 2019).

- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 4.198 (R\$ 2.161 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

g. Processos ambientais

- A controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, possui processos possíveis que totalizam um montante de R\$ 4.198 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.848 em 31 de dezembro de 2020). O principal processo refere-se à:

Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a controlada indireta Prolagos S.A. e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A controlada indireta Prolagos S.A. instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Prolagos S.A. no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.948 (R\$ 1.948 em 31 de dezembro de 2020).

- Processo administrativo referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria de Meio Ambiente de Cabo Frio (SEMASA) por suposto não atendimento aos parâmetros legais de tratamento de esgotamento identificado em coletas de efluentes bruto e tratado, realizadas na ETE do Jardim Esperança nos dias 05/05/2021 e 13/07/2021, e na ETE Praia do Siqueira nos dias 13/07/2021 e 21/07/2021. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.500 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).
- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 1.500 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2020), não existindo processo de valor individual significativo.

Depósitos judiciais

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 46.863 (R\$ 44.295 em 31 de dezembro de 2020). Os principais depósitos estão demonstrados abaixo:

- Processos movidos pela controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto requer a alteração da alíquota do ICMS no percentual de 25% para 18%, sobre o fornecimento de energia elétrica e telefonia, com fundamento principal na declaração pelo Órgão Especial do TJERJ da inconstitucionalidade do Art. 14, VI, item 2, e VIII, item 7 do Decreto nº 27.427 do ano de 2000 do Estado do Rio de Janeiro, que fixa a alíquota de ICMS incidente sobre os serviços de energia elétrica e telecomunicações. O valor dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 26.205 (R\$ 18.060 em 31 de dezembro de 2020).
- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem depósitos judiciais no valor de R\$ 26.205 (R\$ 26.235 em 31 de dezembro de 2020), não existindo depósitos judiciais de valor individual significativo.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social integralizado é de R\$ 416.458 (R\$ 416.458 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 422.598.764 ações ordinárias (422.598.764 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arcos Saneamento e Participações Ltda.	98,532%	98,532%
Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações	1,468%	1,468%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva de capital

Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas de capital da Controladora, conforme mencionado no item anterior. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

Em 1º de janeiro de 2018, a Companhia reconheceu participação na reserva de retenção de lucros, decorrente da adoção do CPC 48 em suas controladas diretas e indiretas.

e. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2021 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Prejuízo do exercício	(238.895)
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o resultado líquido ajustado	
Dividendos distribuídos no exercício de 2021	
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	(715.126)
	(715.126)
Lucro líquido do exercício	133.997
(-) Constituição da reserva legal	(6.700)
Lucro líquido ajustado	127.297
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	31.824
Dividendos distribuídos no exercício de 2020	
Dividendos intercalares distribuídos do resultado de 2020	(53.252)
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	(53.252)

f. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes.

g. Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal estabelecido pelo programa PID (Programa de Incentivo ao Desenvolvimento), conforme Decreto Lei Complementar 128 de 2011, tem por objetivo beneficiar a controlada Aegea Saneamento e Participações S.A que efetuou gastos com reformas, construção e adaptação de imóvel, bem como o valor de locação do imóvel. O benefício da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A foi celebrado através do Decreto 6.398/2014.

20 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	2.021.663	1.833.234
Outros serviços indiretos de água	208.663	151.980
Serviços de esgoto	660.432	500.746
Outros serviços indiretos de esgoto	32.209	18.784
Receita de serviços administrativos - partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	34.509	-
Receita de ativo financeiro (i) (nota explicativa nº 8)	27.953	6.116
Remuneração do ativo financeiro	250.230	34.260
Receitas de construção	772.037	524.440
Total receita bruta	4.007.696	3.069.560
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(42.722)	(38.954)
(-) Impostos sobre serviços	(253.794)	(194.071)
Total da receita operacional líquida	3.711.180	2.836.535

- (i) Refere-se ao reajustamento do preço conforme definido no contrato nº 034/2014 da controlada indireta Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. e no contrato nº 008/2017 da controlada indireta Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A.

A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum cliente que individualmente represente mais do que 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

21 Custos e Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	-	-	(332.144)	(319.723)
Conservação e manutenção	-	-	(35.994)	(39.372)
Serviços de terceiros	(25.023)	(1.832)	(299.163)	(251.701)
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(37.104)	(22.978)
Amortização e depreciação	-	-	(325.943)	(272.481)
Custo de concessão	-	-	(34.711)	(30.078)
Custo de construção ativo financeiro	-	-	(113.743)	(19.112)
Custo de construção ativo intangível	-	-	(772.037)	(524.440)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(119.795)	(109.250)
Recuperação de títulos do contas a receber	-	-	18.851	24.455
Provisão para demandas judiciais	-	-	(16.253)	(90.400)
Impostos, taxas e contribuições	(18.269)	(121)	(25.834)	(4.591)
Energia elétrica	-	-	(274.097)	(239.494)
Produtos químicos	-	-	(47.471)	(39.673)
Outros	(596)	(166)	(383.219)	(52.583)
	(43.888)	(2.119)	(2.798.657)	(1.991.421)
Custos dos serviços prestados	-	-	(1.857.650)	(1.379.982)
Despesas administrativas e gerais	(43.888)	(2.119)	(935.249)	(601.720)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	(5.758)	(9.719)

22 Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	2021	2020
Receita na baixa de imobilizado	24.638	-
Habilitação de crédito de PIS e COFINS s/ decisão judicial (i) e (ii)	-	72.211
Ajuste de preço na aquisição de controlada indireta	64.576	-
Outras receitas operacionais	73.331	16.429
	162.545	88.640

- (i) Conforme nota explicativa nº 15 item, “c”, em consequência do trânsito em julgado favorável à controlada indireta Manaus Ambiental S.A. do processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a respectiva controlada indireta reconheceu no resultado do exercício os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 72.211, referente aos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.
- (ii) Em consequência do trânsito em julgado favorável à controlada indireta Águas Guariroba S.A. do processo nº 0009960-51.2010.4.03.6000 ocorrido em 21 de janeiro de 2019, referente a exclusão do ICMS das bases tributáveis do PIS e da COFINS, a respectiva controlada reconheceu no resultado do exercício os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 3.614, referente aos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	3.655	2.644	139.848	44.537
Juros e multa recebidos ou auferidos	136	14	70.872	34.517
Variações cambiais ativas	-	-	326.377	386.354
Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial	-	-	-	63.734
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota nº25)	-	-	613.153	603.915
Outras receitas financeiras	-	19	5.174	8.624
Receitas financeiras	3.791	2.677	1.155.424	1.141.681
Despesas				
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(51.381)	(15.888)	(628.850)	(360.369)
Juros sobre atraso em pagamentos	-	-	(1)	-
Despesa com IOF	(33)	(6)	(35)	(7)
Descontos concedidos	-	-	(201.792)	(124.762)
Despesas e comissões bancárias	(1)	4	(35.779)	(30.356)
Variações cambiais passivas	-	-	(494.509)	(898.678)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(182)	(122)	(12.701)	(10.829)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota nº25)	-	-	(380.051)	(4.452)
Reversão (provisão) de ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº8)	-	-	(6.268)	13.680
Outras despesas financeiras	-	-	(41.943)	(42.195)
Despesas financeiras	(51.597)	(16.012)	(1.801.929)	(1.457.968)
Resultado financeiro	(47.806)	(13.335)	(646.505)	(316.287)

24 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada como segue:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(238.895)	147.744
Resultado de equivalência patrimonial	(147.202)	(163.200)
Lucro líquido ajustado	(386.097)	(15.454)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	131.273	5.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(130.772)	(5.254)
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	501	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	
Alíquota efetiva	0%	0%
	Consolidado	
	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	413.997	603.176
Lucro (Prejuízo) de controladas com apuração pelo lucro presumido	-	-
Lucro líquido ajustado	413.997	603.176
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(140.759)	(205.080)
Despesas indedutíveis	5.464	(33.232)
Ajuste de preço na aquisição de controladas	-	1.824
Inovação tecnológica	3.465	1.347
Efeito de imposto de renda de controlada no exterior	(17.292)	(16.927)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido em anos anteriores	(2.210)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(52.278)	(60.871)
Alteração de alíquota de 34% para 15,25% sobre diferenças temporárias (ii)	242	-
Ajuste a valor justo sobre obrigação de compra de ações	-	-
PAT e outros incentivos fiscais	38.966	7.026
Resultado positivo no exterior	(5.660)	-
IRPJ/CSLL s/ SELIC repetição de indébito tributário	14.945	-
Redução da alíquota – Lucro de exploração (iii)	28.236	106.388
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	(5.916)	(6.382)
Outras diferenças permanentes	827	827
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	(8.789)	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(332.376)	(285.164)
Diferido	(20.603)	(55.509)
Incentivo lucro da exploração	42.793	74.019
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(310.186)	(266.654)
Alíquota efetiva	75%	43%

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador.somosb4.com.br/validar/ZHKE3-KFU5S-FCEPT-ZRTCD> e RHOLF ALVARINGA BADINE. FABIO ROBERTO BENVIDO e LEANDRO ANTONIO GRISI.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos

	Consolidado	
	2021	2020
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(289.494)	(205.304)
Saldo pagos referente a anos anteriores	(13.928)	(14.614)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(4.395)	(6.407)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	105.160	29.881
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(202.657)	(196.444)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	40.110	15.952
IRPJ e CSLL apurado sobre gastos com emissão de ações	15.654	
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	(14.944)	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	64.340	13.929
Total	105.160	29.881

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.
- (ii) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM ou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme área de atuação, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das controladas indiretas Diamantino, Poconé, São José, Cláudia, Nortelândia, Pedra Preta, Sorriso e Vera e controladas diretas Paranatinga, Timon, Teresina, Sinop, Guarantã e Novo Progresso até o ano calendário de 2027. As controladas indiretas Carlinda, Santa Carmem e União do Sul e a controlada direta Matupá até o ano calendário de 2029. As controladas indiretas Manaus, Pimenta Bueno, Jauru, Jangada e Ariquemes até o ano calendário de 2030.

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

	Controladora			
	2020	Resultado	2021	
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	501	(501)	-	
Passivo fiscal diferido líquido	501	(501)	-	
Consolidado				
	2020	Resultado	Patrimônio Líquido	2021
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (iii)	72.028	19.302	-	91.330
Provisão para participação nos lucros	6.899	1.384	-	8.283
Provisão para demandas judiciais (ii) e (iii)	4.682	(879)	-	3.803
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	2.713	(180)	-	2.533
Ajuste a valor presente (iii)	15.492	(641)	-	14.851
Outorga diferido anos anteriores	4.775	(130)	-	4.645
Variação cambial ativa	285.120	52.557	-	337.677
Arrendamentos	847	63	-	910
Perda com clientes	2.927	186	-	3.113
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (iii)	66.014	(13.418)	-	52.596
Baixa por perda parcelamentos	-	348	-	348
Ágio Fiscal controlada Serra	-	(69)	-	(69)
Passíveis de compensação	(398.770)	(58.982)	-	(457.752)
Ativo fiscal diferido	62.727	(459)	-	62.268
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	(22.019)	1.973	-	(20.046)
Juros capitalizados (iii)	(51.470)	(1.946)	-	(53.416)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures (iii)	(27.762)	(878)	-	(28.640)
Amortização de intangível (i)	(100.067)	2.899	-	(97.168)
Instrumentos financeiros derivativos	(404.496)	(45.693)	49.366	(400.823)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(23.659)	(23.513)	-	(47.172)

	Consolidado			
	2020	Resultado	Patrimônio Líquido	2021
Baixa de títulos do contas a receber	(69.105)	(11.968)	-	(81.073)
Passíveis de compensação	398.770	58.982	-	457.752
Passivo fiscal diferido	(299.808)	(20.144)	49.366	(270.586)
Passivo fiscal diferido líquido	(237.081)	(20.603)	49.366	(208.318)

	Consolidado			
	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	2020
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (iii)	70.183	1.845	-	72.028
Provisão para participação nos lucros	5.591	1.308	-	6.899
Provisão para demandas judiciais (ii) e (iii)	3.547	1.135	-	4.682
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	2.890	(177)	-	2.713
Ajuste a valor presente (iii)	20.343	(4.851)	-	15.492
Outorga diferido anos anteriores	4.895	(120)	-	4.775
Variação cambial ativa	6.471	278.649	-	285.120
Arrendamentos	126	721	-	847
Perda com clientes	3.912	(985)	-	2.927
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (iii)	48.997	17.017	-	66.014
Passíveis de compensação	(99.799)	(298.971)	-	(398.770)
Ativo fiscal diferido	67.156	(4.429)	-	62.727

Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	(23.993)	1.974	-	(22.019)
Juros capitalizados (iii)	(43.384)	(8.086)	-	(51.470)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures (iii)	(17.034)	(10.728)	-	(27.762)
Amortização de intangível (i)	(102.967)	2.900	-	(100.067)
Instrumentos financeiros derivativos	(57.707)	(285.496)	(61.293)	(404.496)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(20.890)	(2.769)	-	(23.659)
Baixa de títulos do contas a receber	(43.412)	(25.693)	-	(69.105)
Passíveis de compensação	99.799	298.971	-	398.770
Passivo fiscal diferido	(209.588)	(28.927)	(61.293)	(299.808)
Passivo fiscal diferido líquido	(142.432)	(33.356)	(61.293)	(237.081)

Com o objetivo de avaliação do registro dos impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, durante o exercício as controladas elaboraram os estudos de lucratividade futura. O valor contábil do ativo fiscal é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o período pelas controladas.

- (i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da depreciação contábil e fiscal, será adicionada na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.527 (R\$ 8.527 em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) O saldo na linha de provisões para demandas judiciais em 31 de dezembro de 2021 está líquido dos valores de ativo no montante de R\$ 1.846 líquido do montante de R\$ 478 referente a indenização tributária.
- (iii) Os valores apresentados estão líquidos da alíquota reduzida do IRPJ diferido acumulado até 31 de dezembro de 2021, nos valores abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	73.445	51.985
Provisão para demandas judiciais	2.919	2.824
Ajuste a valor presente	9.602	6.885
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	15.082	11.539
Outras diferenças temporárias	4.400	1.992
Ativo fiscal diferido	105.448	75.225
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.301)	(4.959)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(16.502)	(15.335)
Passivo fiscal diferido	(20.803)	(20.294)
Ativo fiscal diferido líquido	84.645	54.931

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Consolidado	
	2021	2020
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.484	1.515
Provisão para demandas judiciais	381	1.562
Provisão para participação nos lucros	10.001	7.380
Ajuste a valor presente	91	37
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	252.533	204.986
Tributos pagos no exterior	11.262	5.604
Outras diferenças temporárias	952	138
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(718)	(6.627)
	275.986	214.595

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar tais benefícios.

25 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas diretas e indiretas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas diretas e indiretas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas diretas e indiretas. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora	
	2021	2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7	5
Aplicações financeiras	77.349	87.683
Contas correntes a receber de partes relacionadas	20.264	227.152
	<u>97.620</u>	<u>314.893</u>
	Consolidado	
	2020	2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	105.732	82.007
Aplicações financeiras	2.513.412	2.687.484
Contas a receber de clientes	780.114	1.173.473
Contas correntes a receber de partes relacionadas	20.264	227.152
Instrumentos financeiros derivativos	1.187.351	1.203.700
Titulos de Valores mobiliários	4.243.361	4.243.361
	<u>8.850.234</u>	<u>5.373.816</u>

Garantias

A política da Companhia e suas controladas diretas e indiretas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas diretas e indiretas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas diretas e indiretas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Controladora							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2021							
Passivos							
Empréstimos e debêntures	697.789	1.137.380	160.110	145.218	135.265	126.278	570.519
Dividendos a pagar	11.497	11.497	11.497	-	-	-	-
	<u>709.286</u>	<u>1.148.877</u>	<u>171.607</u>	<u>145.218</u>	<u>135.265</u>	<u>126.278</u>	<u>570.519</u>

Controladora							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2020							
Passivos							
Empréstimos e debêntures	271.170	326.446	47.546	73.771	65.146	59.697	80.286
Dividendos a pagar	783	783	783	-	-	-	-
	<u>271.953</u>	<u>327.229</u>	<u>48.329</u>	<u>73.771</u>	<u>65.146</u>	<u>59.697</u>	<u>80.286</u>

Consolidado							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2021							
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	235.676	235.676	209.548	26.128	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.266.469	13.480.000	1.257.506	2.895.835	3.746.519	1.460.453	4.119.687
Dividendos a pagar	48.843	48.843	48.843	-	-	-	-
Outras contas a pagar	615.922	671.516	371.628	120.251	28.550	22.874	128.213
	<u>10.166.910</u>	<u>14.436.035</u>	<u>1.887.525</u>	<u>3.042.214</u>	<u>3.775.069</u>	<u>1.483.327</u>	<u>4.247.900</u>

Consolidado							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2020							
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	199.791	199.791	199.791	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.883.755	9.931.614	1.229.835	1.003.755	2.367.398	2.997.496	2.333.100
Dividendos a pagar	783	783	783	-	-	-	-
Outras contas a pagar	265.753	282.134	196.712	17.905	9.307	5.948	52.212
	<u>8.350.082</u>	<u>10.414.322</u>	<u>1.627.121</u>	<u>1.021.660</u>	<u>2.376.705</u>	<u>3.003.444</u>	<u>2.385.312</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo e outras contas a pagar. As proteções para tais riscos estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Instrumentos de taxa variável				
<i>Ativos financeiros</i>				
Aplicações financeiras	77.349	87.685	2.513.412	2.687.484
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.187.351	1.203.699
	<u>77.349</u>	<u>87.685</u>	<u>3.700.763</u>	<u>3.891.183</u>
Instrumentos de taxa variável				
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	697.789	271.170	9.266.469	7.883.755
Outras contas a pagar	-	-	615.922	265.753
	<u>697.789</u>	<u>271.170</u>	<u>9.882.391</u>	<u>8.149.508</u>

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Controladora		Cenários					
			Taxa de juros efetiva em 2021 a.a.	Taxa de juros efetiva em 2020 a.a.	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1- Ativos financeiros										
Aplicações financeiras	77.349	Variação do CDI	9,15%	1,90%	7.077	8.846	10.616	5.308	3.500	(1.000)
2- Passivos financeiros										
Empréstimos e debêntures	(685.261)	Variação do CDI	9,15%	1,90%	(62.701)	(78.376)	(94.052)	(47.026)	(31.350)	(1.000)
1 + 2- Exposição líquida	<u>(607.912)</u>				<u>(55.624)</u>	<u>(69.530)</u>	<u>(83.436)</u>	<u>(41.718)</u>	<u>(27.850)</u>	<u>(1.000)</u>

Consolidado					Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2021	Taxa de juros efetiva a.a. em 2020	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	2.513.412	Variação do CDI	9,15%	1,90%	229.977	287.471	344.966	172.483	114.988
2- Passivos financeiros									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.207.329)	Variação do CDI	9,15%	1,90%	(384.971)	(481.214)	(577.457)	(288.728)	(192.486)
Debêntures	(958.275)	Variação do IPCA	10,06%	4,52%	(96.402)	(120.503)	(144.603)	(72.302)	(48.201)
Empréstimos e financiamentos	(78.097)	Variação da SELIC	9,15%	1,90%	(7.146)	(8.933)	(10.719)	(5.360)	(3.573)
Empréstimos e financiamentos BNDES	(407.149)	Variação da TJLP	5,32%	4,55%	(21.660)	(27.075)	(32.490)	(16.245)	(10.830)
Outorga a pagar	(26.706)	Variação do INPC	10,16%	-	(2.713)	(3.391)	(4.070)	(2.035)	(1.357)
1 + 2 – Exposição líquida	<u>(3.164.144)</u>				<u>(282.915)</u>	<u>(353.645)</u>	<u>(424.373)</u>	<u>(212.187)</u>	<u>(141.458)</u>

Não houve variação na taxa de juros para o financiamento atualizado pela TR. Por esse motivo as controladas diretas e indiretas da Companhia não realizaram o teste de sensibilidade para esse instrumento financeiro.

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia e suas controladas, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado					Cenários				
Risco cambial	Exposição em (US\$ mil)	Unidade	Taxa de câmbio em 2021	Taxa de câmbio em 2020	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos									
Empréstimos e financiamentos	(425.589)	USD	R\$ 5,5805	R\$ 5,1967	(163.341)	(204.176)	(245.012)	(122.506)	(81.671)
Swap – Ponta ativa	429.296	USD	R\$ 5,5805	R\$ 5,1967	164.764	205.955	247.146	123.573	82.382
Exposição líquida	<u>3.707</u>				<u>1.423</u>	<u>1.779</u>	<u>2.134</u>	<u>1.067</u>	<u>711</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro dos parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora					
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2021
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	7	-	7
Aplicações financeiras	7	77.349	-	-	77.349
Contas correntes a receber de partes relacionadas	10	-	20.264	-	20.264
Total		77.349	20.271	-	97.620
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	14	-	-	211	211
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	697.789	697.789
Dividendos a pagar		-	-	11.497	11.497
Total		-	-	709.497	709.497
Controladora					
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	56	-	56
Aplicações financeiras	7	87.685	-	-	87.685
Contas correntes a receber de partes relacionadas	10	-	227.152	-	227.152
Total		87.685	227.208	-	314.893
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	14	-	-	50	50
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	271.170	271.170
Dividendos a pagar		-	-	783	783
Total		-	-	272.003	272.003
Consolidado					
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2021
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	105.732	-	105.732
Aplicações financeiras	7	2.513.412	-	-	2.513.412
Contas a receber de clientes	8	-	780.114	-	780.114
Contas correntes a receber de partes relacionadas	10	-	20.264	-	20.264
Instrumentos financeiros derivativos		1.187.351	-	-	1.187.351
Total		3.700.763	906.110	-	4.606.873
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	14	-	-	235.676	235.676
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	9.266.469	9.266.469
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	10	-	-	48.843	48.843
Outras contas a pagar	16	-	-	615.922	615.922
Total		-	-	10.166.910	10.166.910

	Nota	Consolidado			Total em 2020
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	82.007	-	82.007
Aplicações financeiras	7	2.687.484	-	-	2.687.484
Contas a receber de clientes	8	-	1.173.473	-	1.173.473
Contas correntes a receber de partes relacionadas	10	-	227.152	-	227.152
Instrumentos financeiros derivativos		1.203.699	-	-	1.203.699
Total		3.891.183	1.482.632	-	5.373.815
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	14	-	-	199.791	199.791
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	-	7.883.755	7.883.755
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	10	-	-	783	783
Outras contas a pagar	16	-	-	265.753	265.753
Total		-	-	8.350.082	8.350.082

(i) Mudança na classificação dos instrumentos financeiros conforme requerido pelo CPC 48 descrito na nota explicativa nº 5.

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Em assembleia realizada em maio de 2019 os acionistas aprovaram a contratação de novo contrato de *swap*, com o objetivo de reduzir a alavancagem da exposição ao CDI do contrato anterior.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e suas controladas mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Consolidado				Ativo	
		Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	2021	2020
<i>Swap - Senior Notes</i>	USD 230.000	USD + 6,7647% a.a.	CDI 141,95% até 142,80% a.a.	CETIP	10/out/24	1.130.090	1.157.277
<i>Swap - Senior Notes</i>	R\$ 316.730	CDI 142,80% a.a.	CDI + 2,86% a.a.	CETIP	10/out/24	12.478	(7.374)
<i>Swap - Loan Proparco</i>	USD 29.474	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	51.444	53.796
						1.194.012	1.203.699
Circulante						6.661	102.913
Não circulante						1.187.351	1.100.786

O Grupo efetuou o registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos designados com *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os impactos no resultado dos exercícios foram:

Derivativo	Mercado	Risco	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
swap	CETIP	CDI	127.644	322.226	233.102	599.463
Efeito líquido no resultado (nota explicativa nº 23)			127.644	322.226	233.102	599.463

Hedge Accounting

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 48 as controladas diretas e indiretas da Companhia designaram as operações apresentadas abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrued* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	Patrimônio Líquido	Varição	Patrimônio Líquido
	2020		2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	340.436	(145.149)	195.287
IR/CS diferidos sobre perdas	(115.748)	49.350	(66.398)
Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes	<u>224.688</u>	<u>(95.799)</u>	<u>128.889</u>
	Resultado		Resultado
	2020		2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 23)	<u>599.463</u>		<u>233.102</u>

Valor justo

A Companhia e suas controladas, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,5805/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,4644/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 3,1889/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,7903.

Além disso, considera-se como risco a alta do CDI. A Companhia e suas controladas consideram como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. A Companhia e suas controladas estimaram que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

A Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia e suas controladas consideram como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2020. A Companhia e suas controladas estimaram que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Consolidado – 2021					
Instrumento	Exposição	Risco	Cenário		
			I	II	III
<i>Swap</i>	1.194.012	Variação do USD	652.348	33.303	(160.148)
		Alta Curva CDI	1.173.292	1.135.930	1.119.036
		Alta Curva Cupom Cambial	1.167.868	1.117.195	1.092.633
Consolidado - 2020					
Instrumento	Exposição	Risco	Cenário		
			I	II	III
<i>Swap</i>	1.203.699	Queda USD	664.044	47.294	(145.440)
		Alta Curva CDI	1.187.064	1.156.307	1.142.077
		Alta Curva Cupom Cambial	1.183.278	1.143.429	1.123.985

26 Cobertura de seguros

A controladas diretas e indiretas da Companhia adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:

	Consolidado	
	2021	2020
Danos materiais	124.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	1.048.022	1.079.735
Equipamentos e veículos	1.341.582	1.741.245
<i>D&O - Directors and Officers Liability Insurance</i>	80.000	80.000
Riscos de engenharia	465.517	457.929

27 Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos compromissos mencionados na nota explicativa nº 15 - Outras contas a pagar, as controladas indiretas abaixo possuem as seguintes obrigações:

Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Guariroba	607.146	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão. (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Prolagos	848.379	Até 2022, 80% de coleta e tratamento de esgoto e 94% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (ii) a partir de 2023 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,5% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Mirante	332.627	Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto e foram definidos de acordo com o cronograma de marcos contratuais, os quais já foram finalizados.	N/A
Matão	75.016	Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos. Reduzir os índices de perdas em 2019 para 38%, 2024 para 30%, 25% de 2029 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Holambra	78.876	Os índices de abastecimento de água, e da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos e deverão ser mantidos até o final da concessão. Reduzir o índice de perda em 2020 para 35%, 2021 para 30% e 25% em 2022 e mantê-lo até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,25% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Nascentes do Xingú Participações	184.618	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2052, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2020 e 2026 para 20% e manter até o final da concessão.	N/A

Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Porto Esperidião	9.274	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário de acordo com a seguinte escala: 2019 em 70%, 2020 em 80%, 2021 em 90% e, a partir de 2022 em 100%; (iii) reduzir os índices de perdas em 2022 para 26%, 25% de 2023 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
São Francisco	188.642	Ao final de 2019 atender em 48%, 2020 em 58% da população urbana com água tratada; (ii) ao final de 2024 deverá atingir 82% de cobertura de água e 38% de atendimento de esgotamento sanitário; (iii) ao final de 2029, deverá universalizar os serviços de abastecimento de água e ao final de 2037 universalizar o atendimento de esgotamento sanitário; (iv) reduzir os índices de perdas em 2019 para 53,8%, 2020 para 51%, 46% em 2022 e 30% de 2030 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Timon	206.583	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir 3% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2020, 2022 atingir 33%, 2023 atingir 48%, 2024 atingir 72%, 2025 atingir 90% em 2026 deverá atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir as perdas em 2019 para 45%, 2020 para 43%, 2022 para 38%, 30% de 2026 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Sinop	453.128	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas de 50% em 2019, 2020 em 45%, 2025 em 40%, 2030 em 35%, 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, 2019 em 50%, 2020 em 60%, 2021 em 70%, 2022 em 80%, 2023 em 90% e, a partir de 2024 em 98%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 4% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Guarantã	11.948	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%; (iii) atingir e manter a meta de cobertura do sistema de esgotamento sanitário em 99% a partir de dezembro de 2021.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3,5% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Novo Progresso	6.630	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) em 2023 atender 80% da população urbana com esgotamento sanitário.	N/A
Matupá	9.231	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) em 2019 atender 70% da população urbana com esgotamento sanitário; (iii) manter níveis de redução de perdas em 20%.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.

Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Nascentes do Xingú Investimentos	122.817	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2044, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2023 a 2026 para 25% e manter até o final da concessão de acordo com cada município.	N/A
Buritís	78.250	Com relação a cobertura de água potável: até 2020 atender 50%, até 2025 atender 70%, até 2030 atender 90% e até 2035 atender 100%; (ii) com relação a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto: até 2020 atender 50%, até 2025 atender 70%, até 2030 atender 90% de cobertura e até 2035 atender 100%; (iii) reduzir os índices de perdas até 2020 para 21%, 2023 para 20%, 21% de 2028 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Paranatinga	37.619	Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2021 atingir 12%, 2022 em diante aumentar a cobertura em 5% ao ano, até 2032 atingir a meta de 67%, a partir de 2033 atingir 70% e manter esse índice até o fim da concessão; (iii) até o final da concessão manter os índices de perdas em 48%.	N/A
Pimenta Bueno	55.425	Cobertura com o sistema de abastecimento de água: 93% em 2019, 95% em 2020; 98% de 2021 a 2035; 99% de 2036 a 2041; e, 100% a partir de 2042; (ii) cobertura dos serviços de esgotamento sanitário: 21% em 2019, 31% em 2020; 40% em 2021; 55% em 2026; 70% em 2031; 80% em 2035; 90% em 2039; e, 100% a partir de 2042; (iii) reduzir até 2019 os índices de perdas para 39%, 2020 para 36%, 2021 para 32%, 28% de 2022 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
São Francisco do Sul	229.883	Cobertura de 95% de rede de distribuição de água até 2027 e atingir o índice de 100% até o final da concessão, (ii) cobertura de 82% dos serviços de coleta e tratamento de esgotos até 2027 e 85% até 2030, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2019 os índices de perdas para 30%, 25% de 2024 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de R\$0,12 centavos por habitantes da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Camboriú	159.007	Cobertura de 99% de água potável até 2019, 99,5% até 2020 e até 2021 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 40% de esgotamento sanitário até 2019, 75% até 2020, 100% até 2021, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 39%, 2023 para 35%, 30% de 2028 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,9% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.

Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Penha	181.115	Cobertura de 95% de água potável até 2020, 98% até 2024 e até 2026 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 61% de esgotamento sanitário até 2025, 90% até 2030 e até 2035 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2022 os índices de perdas para 30%, 25% de 2027 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de R\$0,12 centavos por habitantes da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Bombinhas.	135.039	Manter a cobertura de 100% de água potável do início até o final da concessão; (ii) cobertura de 70% de esgotamento sanitário até final de 2019, 97% até 2024, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2022 os índices de perdas para 30%, 25% de 2027 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 0,9% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Ariquemes	194.537	Cobertura de 92% de água potável até 2021, 96% até 2023, até 2025 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 50% de esgotamento sanitário até 2021, 60% até 2023, 70% até 2026, 80% até 2027, 90% até 2031, até 2036 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 52%, 2020 para 49%, 2021 para 46%, 2022 para 43%, 2023 para 40%, 2024 para 37%, 2025 para 34%, 2026 para 31%, 2027 para 28%, 25% de 2028 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Rolim de Moura	96.484	Cobertura de 98% de água potável até 2022, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 50% de esgotamento sanitário em 2019, 70% até 2022, 80% até 2024, 90% até 2028, 98% até 2032, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 40%, 2020 para 36%, 2021 para 32%, 28% de 2022 até o final da concessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 3% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Vila Velha	383.382	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 62% em 2021, 66% em 2022, 71% em 2023, 75% em 2024, 88% em 2026, 95% em 2027 e deverá ser mantido até o final da concessão.	N/A
Serra	322.992	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 80% em 2019, 84% em 2020, 88% em 2021, 91% em 2022, 95% em 2023 e deverá ser mantido até o final da concessão.	N/A

Controladas	Investimento contratual (a)	Metas específicas	Obrigações contratuais
Teresina	1.731.583	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) ampliação da cobertura de água potável para 100% até 2020 e sua manutenção até o final da subconcessão; (ii) ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 31% até 2020, 59% em 2024, 80% até 2028 e atingir 90% em 2033 devendo manter esse índice até o final da subconcessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 46% até 2020, 35% até 2024, 25% até 2028 mantendo o índice até o final da subconcessão.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1,1% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município.
Manaus	3.307.651	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98 % até 2045; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2045.	Compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação, em valores que podem variar de 1% da arrecadação ou do faturamento mensal de acordo com o município..
Cariacica	829.550	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 52% em 2022, 57% em 2023, 62% em 2024, 66% em 2025, 71% em 2026, 76% em 2027, 81% em 2028, 86% em 2029, 90% em 2030, 95% em 2031 e deverá ser mantido até o final da concessão	N/A
Metrosul	6.928.254	Atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 21,66% a 87,30% da população entre 2021 e 2054, de acordo com cada município.	N/A

- (d) Valores históricos e referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos conforme os contratos de concessão e seus aditivos.
- (e) Refere-se as controladas indiretas Barra do Garças, Campo Verde, Carlinda, Cláudia, Jangada, Jauru, Marcelândia, Nortelândia, Pedra Preta, Peixoto, Primavera, Poconé, Santa Carmem, São José, Sorriso, União do Sul e Vera.
- (f) Refere-se as controladas Diamantino. e Confresa.

28 Aspectos ambientais

A Companhia e suas controladas consideram que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29 Eventos subsequentes

Em 11 de fevereiro de 2022, a controlada indireta Aegea Desenvolvimento sagrou-se vencedora da Concorrência Pública nº 2021.11.03.2, cujo objeto consiste na Concessão da Prestação dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário na cidade do Crato, no Estado do Ceará, pelo prazo de 35 anos.

* * *

Diretoria

Assinado digitalmente por:
RHOLF ALVARENGA BADINE
CPF: 345.475.088-10
Data: 07/04/2022 13:23:35 -03:00
Rholf Alvarenga Badine

Assinado digitalmente por:
LEANDRO ANTONIO GRISI
CPF: 167.985.998-69
Data: 07/04/2022 12:06:33 -03:00
Leandro Antonio Grisi

Contador

Assinado digitalmente por:
FABIO ROBERTO BENVINDO
CPF: 274.615.008-56
Data: 07/04/2022 12:55:51 -03:00
Fabio Benvindo

Contador CRC 1SP255684/O-3



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: ZHKE3-KFU5S-FCEPT-ZRTCD

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ LEANDRO ANTONIO GRISI (CPF 167.985.998-69) em 07/04/2022 12:06
- ✓ FABIO ROBERTO BENVINDO (CPF 274.615.008-56) em 07/04/2022 12:55
- ✓ RHOLF ALVARENGA BADINE (CPF 345.475.088-10) em 07/04/2022 13:23

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.somosb4.com.br/validate/ZHKE3-KFU5S-FCEPT-ZRTCD>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.somosb4.com.br/validate>